

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 216 • Janeiro/Fevereiro de 1987 • Cz\$ 15,00

Constituinte

Reforma agrária

Inflação

**Desafio
à
esperança**

Militarismo

tempo e presença

Revista mensal do
CEDI

Janeiro/Fevereiro 87

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Aloisio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável

Miguel Biazso Neto
Mtb nº 16.602

Secretário de Redação

Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Vanderley Mendonça

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 15,00

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Cartas

Sou noviço carmelita, tenho dezenove anos e vontade de caminhar com o povo de Deus. Este ano comecei um trabalho junto às Comunidades Eclesiais de Base, as quais, para mim, simbolizam a espiritualidade do povo latino-americano. Irei, junto às comunidades, para conviver e ser um aprendiz com a gente humilde.

Conheci a revista *Tempo e Presença*, a qual interessou-me pelos assuntos abordados e fez com que eu questionasse bastante o mundo em que vivemos. Sem dúvidas, todos os artigos respondem os anseios de todos os leitores. Queria tornar-me um leitor assíduo da revista e poder desenvolver um trabalho consciente a partir das reflexões que ela me permitirá fazer.

Francisco Hilder Loureiro Pegado
Camocim de São Félix (PE)

Li alguns números da revista *Tempo e Presença* e eles me pareceram muito interessantes, pois muitas informações estão contidas em seus artigos, que se referem à problemática indígena, da terra e outros temas relacionados à vida dos oprimidos. Chamaram-me a atenção as denúncias que são feitas pela revista. Por isso, quero fazer uma assinatura anual.

Eduardo Dias
Granada, Espanha

Acompanho com entusiasmo o debate sobre "os cristãos e a política partidária". Sinto que muita gente acompanha as discussões sobre este tema, principalmente os leigos (em todos os recantos). Por isso, desejo que, em 1987, todos pos-

samos ter muita esperança. A esperança não engana. Com um abraço fraterno.

Pe. Ernane Pinheiro
Brasília (DF)

Recebemos a revista de nº 214, de novembro de 86, aqui no Centro das Mulheres do Cabo (PE) e gostaríamos, se possível, que nos enviassem mais exemplares, pois nesta edição estão refletidas muitas experiências sobre a questão da mulher.

Silvia/Alexandre
Centro das Mulheres do Cabo
Cabo (PE)

Estamos acompanhando atentamente o que está

acontecendo no país e no meio da gente humilde existem aqueles que desanimam e ficam prestes a se acomodar. Mas, em nossas reflexões, sempre lembramos que o comodismo ajuda a manter esta realidade suja que está por aí.

Sabemos que o ano que começa é importante para nós (Constituinte), mas temos certeza que não será agora que irá ser construído um Brasil com uma Constituição verdadeira. Mas, assim mesmo, estamos firmes. "A perseverança para nós é uma questão de vida da história". Esperamos que vocês, que compõem o CEDI, continuem na luta, fortes, para mais um ano de trabalho informativo, educativo etc.

Antônio Ailton da Silva
Comunidade de Pedregal
Pedregal (CE)

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 35,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 35,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 35,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 35,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 35,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 15,00
Fiat 1981	Cz\$ 15,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 35,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 95,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 95,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 60,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 125,00

Em meio à crise, um desafio à esperança

Há um ano, no final de fevereiro de 86, o governo da Nova República anunciou o Plano Cruzado, prometendo zerar a inflação e aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores. Incorporando, nas medidas adotadas, reivindicações antigas do movimento sindical (como o congelamento de preços) o governo conseguiu o apoio de amplos setores da população que se arvoraram em defensores do plano adotado por decreto. Os "fiscais do Sarney" se multiplicaram e as acusações contra os trabalhadores que criticavam o projeto eram duras. Foram chamados até de impatriotas.

No verão de 87, doze meses depois, a euforia acabou e a ameaça de uma crise não é apenas uma retórica dos "radicais". A inflação ameaça disparar, o nível de emprego começa a baixar. A Nova República não tratou com seriedade questões fundamentais como a renegociação da dívida externa, a reforma agrária. Além disso, fez com que as eleições para Constituinte coincidisse com as dos governadores, descaracterizando assim o processo eleitoral, transformado em uma discussão estéril sobre as sucessões estaduais.

Pouco depois das eleições, quando o PMDB já havia colhido os votos crescidos na fase da euforia do novo milagre do Cruzado, o governo anunciou novas medidas econômicas. Anti-

populares, elas provocaram a reação imediata do movimento sindical e de entidades comprometidas com os movimentos populares. Mas naquele momento o resultado das eleições indicava que os nomes eleitos para o Congresso Constituinte, em sua maioria, estavam comprometidos com propostas conservadoras. Modificações essenciais na Constituição — como a redefinição do papel das Forças Armadas, que continua influenciando de forma decisiva na linha política da Nova República — só poderão ser alcançadas com a mobilização popular.

O quadro político e econômico para o ano de 87 é um verdadeiro desafio à esperança. Ao que tudo indica, o ano será marcado por intensos conflitos que deixarão mais claras as contradições entre o capital e o trabalho. Neste sentido o movimento sindical — que organizou a significativa greve geral ocorrida no dia 12 de dezembro — será exigido a intervir de forma mais firme. Da mesma maneira, as Igrejas — que, em alguns setores, têm conseguido avanços importantes no seu compromisso com o povo pobre e oprimido — precisarão se posicionar dentro de uma realidade mais conflitiva e explosiva. Uma realidade em que cada ato terá que ser pensado dentro de uma estratégia de longo prazo, pois as margens para os erros se estreitam.

- 04 O REENCONTRO COM O SUBDESENVOLVIMENTO
Aloísio Mercadante Oliva
- 06 MOVIMENTO SINDICAL: A LUTA CONTINUA...
Luis Flávio Rainho
- 08 A CONJUNTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA
José Roberto Pereira Novaes
- 10 AS ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO CONSTITUINTE E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA
Cesar Caldeira
- 15 AVANÇO MILITAR
Jânio de Freitas
- 16 AMÉRICA LATINA: A CRISE CONTINUA
Newton Carlos
- 20 AVANÇOS E RETROCESSOS DO MOVIMENTO ECUMÊNICO
Júlio de Santa Ana
- 24 JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO
Zwinglio Mota Dias
- 30 **Rubem Alves**
AMAROMAR
- 32 **CEDI**
AVALIANDO A CAMINHADA E REAFIRMANDO SEUS PRINCÍPIOS
Jether Pereira Ramalho
- 35 **Bíblia hoje**
FAZER MILAGRES: UMA NECESSIDADE
Carlos Cunha
- 37 **Igrejas**
A POSIÇÃO DAS IGREJAS NO ESCÂNDALO DA ÁFRICA DO SUL
Francis McDonagh
- 39 **Livros**
A REFORMA AGRÁRIA E A "NOVA REPÚBLICA"
Regina Célia Reyes Novais
- TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL
José Ricardo Ramalho
- Última Página**
OS PARTIDOS NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

O reencontro com o subdesenvolvimento

Xico Santos



O governo tentou mudar a economia por decretos. Não conseguiu.

Aloizio Mercadante Oliva

O Plano Cruzado foi, sem dúvida alguma, o mais importante acontecimento econômico do ano de 1986. Ele representou, por ocasião de seu lançamento, uma ousada iniciativa de combate à inflação e ao receituário "ortodoxo" que vinha marcando a orientação da política econômica oficial. O choque heterodoxo concentrou seus esforços em desativar os mecanismos de indexação da economia brasileira, partindo de um diagnóstico de que a inflação, que já havia atingido 233% em 1985, era predominantemente inercial. O Plano Cruzado, por definição, tinha objetivos econômicos precisos e limitados. A conversão dos salários pela média real e os preços pelo pico, associados à reforma monetária e ao congelamento de preços, procuravam lançar as bases de uma estabilidade econômica e deflagrar um processo de modernização conservadora da economia.

A consciência dos limites embutidos no Cruzado era uma das condições importantes para seu eventual sucesso. Is-

to porque, as grandes questões estruturais da economia brasileira permaneciam presentes e ameaçadoras de qualquer crescimento econômico estável e duradouro.

Senão vejamos; o país continuava transferindo aproximadamente 5% do PIB em função do pagamento dos juros de uma dívida externa de US\$ 108,8 bilhões. A dívida pública acumulada atingia cerca de 50% do PIB, US\$ 123 bilhões, exigindo um fluxo de recursos anual superior à US\$ 11,7 bilhões, ou seja, 6,3% do PIB. As demandas sociais promovidas por um insustentável e injusto padrão de distribuição da renda e das riquezas nacionais continuaram crescentes e contribuindo para alimentar os conflitos distributivistas. Em suma, os limites estruturais de um país marcado pelo desenvolvimento capitalista tardio, dependente do ponto de vista tecnológico e financeiro e incapaz de resolver com a modernidade capitalista seus problemas acumulados pelo atraso histórico, permaneciam intactos, ainda que

abafados pela poderosa campanha publicitária do governo.

O ano de 1986 foi também um ano de eleições e o calendário eleitoral do governo acabou se utilizando do Plano Cruzado de forma absolutamente irresponsável e inconseqüente. Os limites do Cruzado foram desrespeitados, o congelamento prolongado de forma artificial e o resultado final é este que estamos assistindo: uma grave crise cambial, uma desarticulação do sistema de preços e a ameaça de uma hiperinflação e recessão econômica.

A crise cambial e o rito de passagem

A ampla maioria da população, habilmente manipulada pela campanha eleitoral dos partidos oficiais, só descobriu que não existe varinha mágica em política econômica, com o lançamento do Cruzado 2, na tarde de 21 de novembro de 1986. A crise de abastecimento, o

ágio generalizado, os produtos "maquiados" vinham crescendo desde meados do ano. Porém, o governo assumiu na campanha eleitoral o compromisso com o congelamento e manteve a promessa de acabar com a inflação. Os compromissos oficiais desabaram com a reforma fiscal embutida no Cruzado 2, a inflação explodiu e o país se reencontrou com sua condição histórica de subdesenvolvimento, em meio a mais uma grave frustração nacional e sentimento de traição da população.

O rito de passagem, no cruzeiro de volta ao Brasil tropical, sem "as taxas de inflação da Suíça e o crescimento econômico do Japão", foi a greve nacional do dia 12 de dezembro. A CUT assumiu a iniciativa e arrastou o conjunto do movimento sindical para uma resposta classista e de massas às guinadas conservadoras da política econômica oficial.

Porém, a consequência mais grave desta utilização eleitoral e irresponsável do Plano Cruzado pelos partidos do governo foi a crise cambial em que se encontra o país. A valorização artificial da taxa de câmbio, e sobrecarga nas importações decorrentes da crise de abastecimento, agravadas pela queda de preços em alguns produtos de peso na pauta de exportações, serviram para corroer 5 bilhões de dólares das reservas cambiais e mais de 3 bilhões nos saldos comerciais. O prolongamento eleitoral do congelamento de preços custou mais de 8 bilhões de dólares. O Plano Cruzado foi o mais caro cabo eleitoral da história do país e, nos próximos meses, o Brasil estará mais uma vez inadimplente diante das contas internacionais.

As reservas cambiais caíram para menos de 2 bilhões de dólares e os saldos comerciais deverão ser negativos nestes primeiros meses de 1987, situação que só deverá ser revertida a partir de maio. Nestas condições, estamos na mesma situação de 1982: ou o governo suspende o pagamento da dívida, ou recorre ao "dinheiro novo".

A hiperinflação e o arrocho salarial

O prolongamento eleitoral do congelamento de preços, além de promover uma grave crise cambial, desarticulou o sistema de preços e ameaça jogar o país em uma hiperinflação.

Pressões inflacionárias foram reprimidas desde 28 de fevereiro, os ajustes não foram realizados e a inflação em ja-

Em 1987, a questão do emprego voltará à pauta do movimento sindical.

Juca Martins/F4



neiro de 1987 deverá superar 15%, em processo de aceleração. A taxa de juros já se aproxima de 500% ao ano, e para o mês de março as estimativas são de uma inflação de 30%, caso não sejam tomadas medidas urgentes.

Os dados sobre salário médio real, da pesquisa promovida entre o Seade/Dieese, apontam para um crescimento de apenas 2,9% no período de janeiro/outubro, quando comparados a igual período de 1985. O governo está atrasando os dados de salário para o último trimestre de 1986, mas com a aceleração da inflação é absolutamente evidente que ocorreram perdas salariais significativas. Os trabalhadores assalariados não têm responsabilidade direta sobre o crescimento da demanda, que vem sendo a base de sustentação do discurso oficial para justificar as medidas anti-populares que estão sendo tomadas. A despesa voluntária estimulada pela ilusão monetária, a queda no recolhimento do imposto de renda, o congelamento de alguns preços defasados detonaram o crescimento do consumo logo após o cruzado, mas este processo não foi impulsionado pelos salários, que ao contrário do discurso oficial, foram arrochados em 1986.

As perspectivas

O objetivo central da política econômica em 1987 será a recuperação dos saldos no balanço comercial, articulado à tentativa de impedir a hiperinflação. Isto significa que a desaceleração do crescimento econômico já está em andamento, com cortes significativos na demanda da agregada da economia. O governo da "Nova República" não criou condições para enfrentar a questão da dívida externa, ao contrário, tornou o país ainda mais frágil diante dos credores internacionais. A opção da política econômica do governo diante da

inadimplência do país é o "dinheiro novo" e a subordinação da gestão econômica ao pagamento do serviço da dívida. Não há muito que se esperar da economia brasileira em 1987. O PIB deverá se situar entre 1% a 3%, a inflação dependerá diretamente das medidas a serem tomadas, mas deverá encerrar o ano em um patamar entre 100% a 200%. Os saldos comerciais estão estimados de U\$ 6 bilhões a U\$ 9 bilhões. Os salários serão arrochados e no segundo semestre a questão do emprego voltará à pauta do movimento sindical.

A história recente do país demonstrou que é absolutamente incompatível pagar a dívida externa, transferindo 5% do PIB, mantendo de forma estável o crescimento econômico, controlando a inflação e promovendo justiça social.

O impasse histórico está colocado, e este reencontro do país com sua condição histórica de subdesenvolvimento pode ser um processo importante para reverter a estratégia global da política econômica. Resta saber se a corrosão da base social do governo, o ascenso das lutas sindicais e populares serão capazes de reorientar os rumos desta transição conservadora, sob tutela militar, ou se serão as forças conservadoras que desarticularam o espaço democrático e o processo de reconstrução da classe trabalhadora como sujeito político de sua própria história. O impasse estrutural que a dívida externa impõe à economia brasileira necessariamente se expressará a partir de 1987, no plano da política. A dúvida, é se seremos capazes de encontrar uma alternativa criativa, ou se assistiremos incrédulos o monótono renascer dos fantasmas adormecidos de 1964.

Aloizio Mercadante Oliva é coordenador do programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI, professor de economia da PUC-SP e assessor econômico da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Movimento sindical: a luta continua...

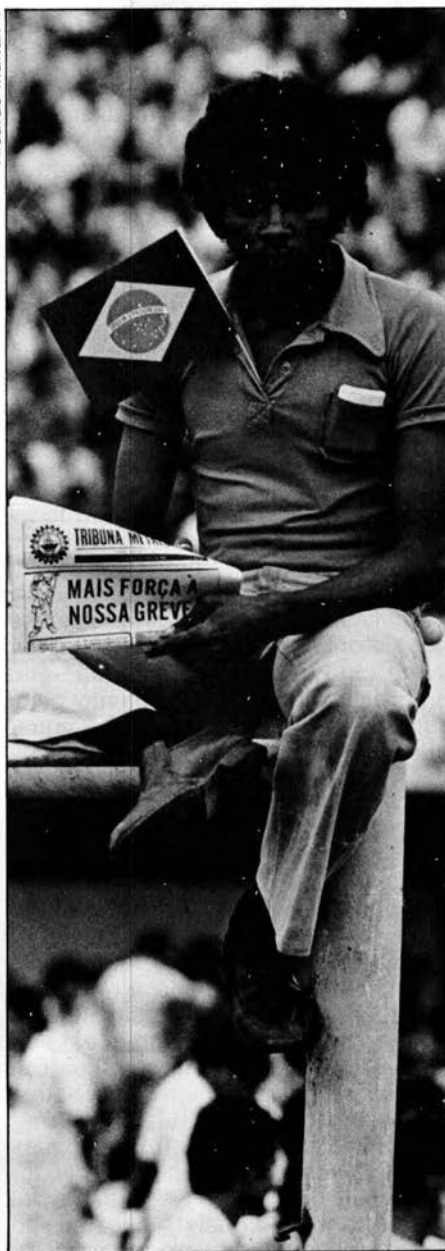
Luis Flávio Rainho

O que está acontecendo no Brasil de hoje? Se assistirmos ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, como milhões de brasileiros diariamente, ou se lermos os principais jornais do país, como um número reduzido de brasileiros o fazem diariamente, vamos perceber que temos um presidente bem intencionado e disposto a resolver os nossos principais problemas, um ministro da Fazenda honesto, sincero e que realmente deseja acertar e que, se não consegue é, sobretudo, devido à ação dos "maus brasileiros" que desonestamente agiram contra o Plano Cruzado, tais como os empresários inescrupulosos identificados como "anarquistas" pelo presidente Sarney. De outro lado, uma CUT radical, sectária e irresponsável, que trabalha para a desestabilização do governo e, por consequência, quem sabe, a volta dos militares ao poder (se é que eles saíram...)

Mas, será que é isto mesmo que está acontecendo neste país? Essa é a leitura correta que devemos fazer da realidade que estamos vivendo?

Se observarmos o ano que passou sob a perspectiva da luta em defesa da classe trabalhadora vamos perceber que o ano de 1986 começou com o projeto de "transição política" das classes dominantes seriamente abalado, por um presidente que não conseguiu impor-se como seu representante; verificar uma descrença e desgaste na capacidade do governo de governar o país; observar controvérsias dentro da Aliança Democrática (PMDB e PFL) quanto à condução do processo; e notar o acirramento dos conflitos de terra no campo, com o governo mostrando-se impotente sequer para aplicar o Estatuto da Terra do regime militar; constatar a espiral inflacionária ascendente e ascensão das forças políticas mais compromissadas com os interesses populares (CUT, PT e PDT).

Ricardo Malta/F4



As classes dominantes estavam visivelmente na defensiva e as forças mais representativas — do ponto de vista histórico — das classes trabalhadoras, na ofensiva. "Era preciso fazer alguma coisa", conforme diziam importantes portavozes da Aliança Democrática. E, a 28 de fevereiro, algo foi feito.

O Plano Cruzado, teve dois tipos de objetivos:

a) *Políticos* — Recomposição da Aliança Democrática (PMDB e PFL); recuperação de bases eleitorais para as eleições de novembro/86; quebrar a tendência ao ascenso da luta sindical e eliminar as conquistas que vinham se acumulando;

b) *Econômicos* — Pagar a dívida externa; administrar a dívida; combater a inflação.

Apoiados numa medida tomada do movimento sindical combativo — o congelamento dos preços — o governo conseguiu, na fase de implantação do Plano Cruzado, angariar para si e seu projeto político enorme apoio popular, isolando e colocando na defensiva os que faziam oposição de maneira mais consequente (CUT, PT e PDT).

Essa popularidade e reconhecimento atingiram seus resultados como fora previsto inicialmente, expressando-se através da massiva vitória da Aliança Democrática, nas eleições de novembro de 86, fundamental e imprescindível para que as classes dominantes pudessem dar sequência ao seu projeto político, com a elaboração de uma Constituição no Congresso Constituinte que institucionalizasse formalmente a "transição política", que se faz sob a tutela dos militares.

Enquanto isso, do "nosso lado", o que vimos foi um certo imobilismo e inca-

pacidade de respondermos ao isolamento a que fomos submetidos. Exemplo ilustrativo desta afirmação foi que as greves ocorridas contra o confisco salarial imposto pelo Plano Cruzado o foram, em sua maioria, sem a direção da CUT e, com raras exceções, não redundaram em fracasso sem a obtenção do reivindicado e da perda de dirigentes sindicais e ativistas demitidos.

Agora, a nível dos grandes eventos na área sindical, registre-se, durante este período, dois acontecimentos importantes: a "criação" da CGT, com a consequente recomposição orgânica dos pelagos e reformistas (que até então, se encontravam inteiramente a reboque da CUT) e os congressos estaduais da CUT e o seu 2º Congresso Nacional, onde se explicitaram politicamente duas grandes forças no seu interior (a dos sindicalistas independentes e a das organizações de esquerda), divergindo, clara e frontalmente, quanto à definição do papel histórico da CUT e, por conseguinte, da tática e estratégia que esta central deve implementar relativamente a sua atuação na conjuntura atual.

Mas, como se fosse um bumerangue, a criação voltou-se contra o criador. O Plano Cruzado começou a ser burlado pelos empresários (ágio, desaparecimento de produtos, maquiagem nos produtos, etc.), sem que o governo tivesse força para enquadrá-los, porque, finalmente, ele os representa. O resultado foi a desarticulação do Plano Cruzado (Cruzadinho, Cruzado 2, crise cambial, aumento da dívida interna, aceleração inflacionária, descongelamento, volta à ciranda financeira, etc.) trazendo desgaste para o governo, bem como para o PMDB, porque eles vincularam a sua imagem política ao sucesso do Plano Cruzado.

Nesse momento, voltamos à ofensiva com a proposta de greve geral no dia 12 de dezembro, formulada pela CUT, apoiada imediatamente pelo PT e por outros partidos (incluindo-se os comunistas, até então, partícipes do projeto político da "transição política") que uni-

ficou o movimento sindical (CGT, USI e Confederações) sob a hegemonia da CUT. A greve geral (e aqui não pensamos apenas nas paralizações ocorridas mas, também, nas manifestações como passeatas e atos públicos) deu tão certo que, de um lado provocou contundentes matérias enchendo páginas da grande imprensa burguesa para falar do seu "fracasso" e, de outro, a necessidade do governo recuar e voltar a falar novamente em pacto social. A História tem demonstrado que sempre que as classes dominantes se encontram em dificuldades propõem aos trabalhadores a realização de um pacto social.

Assim, encerramos 1986 e entramos em 1987. O que nos espera durante este ano que se inicia? É óbvio ser difícil estabelecer um prognóstico preciso. No entanto, podemos apontar alguns acontecimentos que inevitavelmente ocorrerão com grandes repercussões.

Tudo faz crer que caminhamos para uma conjuntura econômica com tendências recessivas e de aceleração inflacionária. Com isso, o arrocho salarial e a deteriorização das condições de vida dos trabalhadores serão inevitáveis.

O ascenso do movimento sindical, especialmente o combativo, retomará as suas forças e se expressará, principalmente, através das campanhas salariais.

O "papo furado" do pacto social continuará sendo falado, na pior das hipóteses alimentado pelo ministro do Trabalho com o objetivo de continuar em evidência nos órgãos de comunicação, com vistas aos seus interesses políticos futuros.

Serão realizadas importantes eleições (metalúrgicos de São Paulo, São Bernardo do Campo, Campinas, Osasco, Guarulhos, São José dos Campos, no estado de São Paulo; Belo Horizonte e Betim, em Minas Gerais; Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro; jornalista e metroviários de São Paulo e ou-

tros). Nestas eleições não estarão colocadas apenas as divergências político-ideológicas entre as centrais sindicais, mas, também, as divergências desta natureza existentes no interior delas e, principalmente, no da CUT.

Serão realizados vários congressos estaduais da CUT, importantes ao avanço e clarificação de sua definição político-ideológica e de sua consolidação como central sindical que não seja apenas a referência dos trabalhadores, mas, a sua direção política.

As lutas no campo, certamente, tenderão a se acirrar mais ainda com o aumento dos conflitos e o avanço do sindicalismo combativo nesta área.

Mas, o grande tema para o movimento sindical, em 1987, será inevitavelmente o da Constituinte. Através dela e nela se farão presentes os grandes problemas que interessam aos trabalhadores, como cidadãos (direitos e garantias individuais e sociais; organização do Estado e seu controle pela sociedade; ordem econômica e social, etc.) mas, principalmente, o que lhes diz respeito, especificamente, que é o tema da liberdade e autonomia sindical. Por isso, prevêem-se para este ano grandes mobilizações na área sindical, com vistas a pressionar o Congresso Constituinte.

Todos estes acontecimentos serão certamente perpassados por um período de instabilidade política por parte do governo e, de nossa parte, pela solicitação da presença (cada vez mais exaustiva) dos militantes na organização das lutas populares que se antevê serão desencadeadas.

De toda forma, o que se tem claro é que o processo de lutas de classes nos reserva para este ano novos, importantes e palpitantes embates, os quais exigirão por parte daqueles que se colocam numa perspectiva classista liberadora de construção da história — um bom entendimento do momento conjuntural; táticas e estratégias bem definidas; quadros capazes e competentes em sua atuação; eliminação das ações improvisadas cedendo lugar à organização e planejamento das ações a curto, médio e longo prazo e, finalmente, maior clareza de definições quanto ao nosso projeto político.

Luiz Flávio Rainho é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e integrante do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC", do CEDI.



Assembléia de metalúrgicos no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP).



Questão agrária

A conjuntura e a questão agrária

José Roberto Pereira Novaes

O desenvolvimento da agricultura brasileira na década de 70 caracterizou-se pela diversificação.

A modernização de alguns setores da agricultura, principalmente daquele articulado à agro-indústria e ao mercado externo, provocou profundas transformações nas relações de produção, consolidando, por um lado, uma pequena produção tecnificada à base do trabalho familiar e, por outro, a empresa rural, baseada no trabalho assalariado.

Simultaneamente ao processo de modernização destes setores, estabeleceu-se um processo de intensa especulação com a terra, que resultou num imenso estoque de terras inexploradas, mantidas como reserva de valor, ao lado da reprodução de unidades de produção mantidas através de relações de trabalho (parceria e arrendamento) incompatíveis com o índice de produtividade requerida pela indústria.

A constituição de um setor moderno no campo (surgido em decorrência da aplicação produtiva do capital) coexistindo com a reprodução do setor improdutivo ou de baixa produtividade (decorrente da especulação capitalista com a terra), são produtos da mesma lógica que sedimenta a via de desenvolvimento capitalista no país.

Esse processo, ocorrido após a implantação no país de um setor industrial articulado com a agricultura, propiciou a concentração da terra, intensificou o

processo migratório campo/cidade e provocou a crise agrícola.

Esta via de desenvolvimento manteve os trabalhadores à margem do regime político, sem possibilidade de ganhar outras formas de desenvolvimento, mesmo capitalista, e, por consequência, sem a possibilidade de exercer o direito à cidadania burguesa.

No que diz respeito ao campo de lutas sociais pela resistência na terra e por melhores condições de trabalho, aparecem como reação defensiva a um processo de expulsão acelerada da terra e a um processo de superexploração da força de trabalho. Duas faces da mesma moeda, cunhada pela via de desenvolvimento acima indicada.

A crise geral no país, que resultou na "transição pacífica" do regime militar à Nova República, tem várias facetas e uma delas certamente diz respeito ao crescimento das lutas sociais no país, tanto no campo como na cidade, que levaram ao acirramento dos conflitos de forças sociais que compunham o bloco de poder (militares e distintas frações da burguesia). Abriu-se assim a perspectiva de um reordenamento das forças políticas em busca de hegemonia.

É neste contexto que são construídas as principais bandeiras políticas da Nova República: reestabelecimento da democracia através da eliminação dos entulhos autoritários e da Assembléia Nacional Constituinte, tratamento adequado à questão da dívida externa e da reforma agrária.

A complexidade da questão da dívida externa e as dificuldades de acertos em torno da democracia advindas da composição conservadora da Aliança Democrática, resultou em uma ênfase especial na questão da reforma agrária, que poderia ser um dos pilares de legitimação do novo governo.

Criou-se, então, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) em torno do qual se aglutinaram forças populares e o movimento sindical dos trabalhadores rurais para a implementação de um Plano Nacional da Reforma Agrária. A indicação do ministro Nelson Ribeiro para o Mirad, influenciado por setores da Igreja católica, a indicação de José Gomes da Silva para presidente do Incra e a contratação de técnicos com conhecimento da questão agrária e comprometidos com as lutas populares seria um mecanismo eficaz para minimizar a influência das proprietárias de terra na condição política deste processo.

Neste contexto foi elaborada a proposta de reforma agrária do novo governo. Esta deveria ser discutida com a sociedade a fim de contemplar o conjunto de reivindicações expressas pelos trabalhadores.

Na sua essência, nesta proposta, a reforma agrária estava identificada com a desapropriação das terras, em áreas prioritárias, com objetivo de resgatar a função social da terra. Neste sentido a reforma iniciaria em terras inexploradas e de baixa produtividade, atingindo o lado especulativo do capital na agricultura criando um setor reformado.

Assim a reforma agrária corrigiria algumas "distorções" provocadas no setor agrícola pela dinâmica anterior, pois se ampliaria a oferta de gêneros alimentícios para o mercado interno e assim se reduziria, ou mesmo subverteria o fluxo migratório campo/cidade. A sustentação política que viabilizaria estas transformações seria dada pelo conjunto das forças progressistas do país (trabalhadores e setores da burguesia), deslocando os setores ditos mais atrasados (latifundiários).

Neste contexto, a reforma agrária implicava em pequenos deslocamentos de forças políticas no bloco do poder, abrindo perspectiva para o movimento popular constituir-se num dos pilares de legitimação política do novo governo.

As entidades de trabalhadores aglutinadas no "campo político" da hoje de-

nominada CGT acreditavam que as transformações seriam impulsionadas a partir de um conjunto de forças sociais em aliança e defendiam a necessidade da adequação das lutas dos trabalhadores à dinâmica do estudo. Neste sentido, a defesa da Reforma Agrária seria feita através de debates e grandes atos públicos, que congregassem todos os setores que se mostrassem interessados.

Por outro lado, as forças sociais aglutinadas na área de atuação da CUT tinham outra percepção do processo de "transição". Apontavam para a necessidade de consolidação e ampliação dos espaços conquistados pelos trabalhadores como forma de viabilizar a reforma agrária. Nessa perspectiva propunham ações que extrapolavam a dinâmica determinada pelo Estado. Não apostaram em certas alianças, na medida em que percebiam que uma reforma agrária desapropriatória questionaria os interesses de todas as frações da classe dominante e não apenas dos chamados "latifundiários atrasados". Foram implementadas ações independentes de trabalhadores, apoiou-se ocupações de terra e acampamentos, e diferentes formas de pressão direta sobre o Incra e Mirad.

Enquanto as organizações dos trabalhadores se dividiam nestas diferentes concepções e formas de encaminhamento, os grandes proprietários de terra se articularam para inviabilizar a aprovação da proposta de reforma agrária.

Reforçaram o armamento de suas milícias privadas protegendo suas propriedades e exerciam pressão direta e violenta sobre os trabalhadores, dirigentes, padres e advogados. Desencadearam, ainda, uma ação coordenada para recuperação dos espaços políticos perdidos na área do Mirad e do Incra. Neste contexto ganharam transparência social e articularam a UDR.

Em seus documentos e declarações os grandes proprietários de terra não colocam uma posição contrária à reforma agrária. Explicitam sua discordância com a implantação de uma reforma agrária identificada com a desapropriação das terras, com o estabelecimento de áreas prioritárias, com a possibilidade de participação real dos trabalhadores na sua concepção e implantação. Entendem que a recuperação da função social da terra não implica na alteração da estrutura fundiária do país.

Nair Benedicto/F4



Os trabalhadores organizaram ocupações e acampamentos.

A recuperação da função social da terra dar-se-ia pela correção na política agrícola e tributária e garantia de preço, mecanismos que tornariam o ato de produzir mais compensador que o de especular. Com estas medidas o próprio proprietário recuperaria suas terras inexploradas ou de baixa produtividade, tornando-as altamente produtivas.

Identificando a reforma agrária com a política agrícola, tributação e estímulos ao produtor através de preços compensadores, os proprietários conseguiriam, através de diversas ações, seu intento de desarticular e neutralizar o espaço político ocupado por pessoas e grupos sociais no interior do Mirad/Incra.

Neste contexto é que foi assinado, pelo presidente da República, o 1º Plano de Reforma Agrária da Nova República, cujo conteúdo se distancia das aspirações dos trabalhadores e se aproxima das reivindicações e concepções patronais.

No plano do governo os "latifúndios produtivos" (?) não serão desapropriados como também não serão desapropriadas as áreas de grande incidência de arrendatários e parceiros. Extinguiu-se o critério de áreas prioritárias como também se introduziu a negociação entre as partes como instrumento para desencadear a reforma agrária pacífica, tornando a desapropriação o último dos mecanismos a ser acionado.

Evidenciou-se, nesta ocasião, que a

pressão das forças populares não conseguiria concretizar os deslocamentos de certas forças políticas do bloco do poder do novo governo, ao invés disto, o que se pode constatar foi que a própria Contag, que em certo momento se apresentou como interlocutora privilegiada nesta questão, foi excluída do jogo de influências e sequer ouvida nas demissões e nomeações que ocorreram no Mirad/Incra.

Neste contexto até as desapropriações de terra que têm sido feitas, obedecendo todos os trâmites necessários e legais, têm sido questionadas judicialmente através de mandatos de segurança impetrados pelos grandes proprietários. Pode-se dizer que o espaço da reforma agrária hoje, de maneira geral, situa-se mais no campo das negociatas de terra, do que na desapropriação por interesse social, prevista constitucionalmente.

Delineia-se, desta forma, a perspectiva governamental para o desenvolvimento da agricultura. Seu eixo central será constituído pela política agrícola. Com a retirada gradativa dos subsídios, serão implementados outros elementos que impulsionem a aplicação produtiva do capital no campo, contribuindo de forma decisiva para o aumento da produtividade da empresa rural e da pequena produção apta para absorver certa tecnologia. Este estímulo pretende reduzir o estoque de terras inexploradas e de baixa produtividade, sem alterar a estrutura fundiária, aumentando de forma significativa a oferta de gêneros alimentícios.

Por outro lado, a política governamental privilegiará programas especiais de apoio aos pequenos produtores, através de uma retórica de participação comunitária, buscando sustentação política e, ao mesmo tempo, algum grau de modernização econômica. Nesta área já se delineia um processo de cooptação e/ou concorrência entre o Estado e as organizações dos trabalhadores.

Portanto, a perspectiva de reforma agrária na Nova República resume-se, ao nosso ver, a desapropriações pulverizadas em certas regiões e situações que não atinjam interesses centrais dos proprietários no que diz respeito ao mercado de terras.

José Roberto Pereira Novaes é professor da Universidade Federal de Campina Grande (PB) e integra o Programa "Movimento Camponês/Igrejas", do CEDI.

Salomon Cytrynowicz/F4



As eleições para o Congresso Constituinte e a construção da democracia

Cesar Caldeira

Avaliações eleitorais iniciais afirmam que a Constituinte eleita é majoritariamente composta de congressistas de orientação político-ideológica liberal-conservadora. Como os resultados eleitorais não foram, neste início de janeiro de 1987, analisados ainda com a profundidade necessária — os interesses e opiniões defendidos pelos eleitos sequer foram documentados e relacionados de maneira adequada a questões nacionais e setoriais —, a constatação já feita é *insuficiente* para avançar qualquer previsão mais detalhada sobre o conteúdo da próxima carta.

Por um lado, interesses liberais-conservadores devem ser predominantemente assegurados no texto final porque bastam os votos de metade mais um dos 559 constituintes (487 deputados federais e 72 senadores, inclusive os 23 senadores eleitos em 1982) expressos em dois turnos de discussão e votação. Mas, por outro lado, o processo de redação, discussão e votação das normas constitucionais é bastante complexo e está sujeito a pressões e contrapressões exercidas sobre as lideranças partidárias, relatores das comissões e congressistas por facções ou tendên-

cias dos partidos e grupos organizados (*lobbies*, em particular). Assim, a composição da Constituinte permanece um importante fator condicionante para seu desempenho. Mas não é o único. O nível de crise econômica e política existente durante a feitura da Constituição e as oportunidades de participação popular que sejam criadas também influirão na agenda dos debates e no sentido das decisões da Constituinte.

Vivemos, portanto, um *processo constituinte* no qual as eleições de 15 de novembro foram um acontecimento

decisivo, mas não conclusivo. Uma nova etapa desse processo se inicia com a instalação do Congresso Constituinte em Brasília. Tendo em vista a defesa de propostas e interesses populares, e, em particular, a construção de uma democracia aberta à ampla e efetiva participação do povo, é preciso analisar e avaliar: a) as características do ano eleitoral; b) a importância da atribuição de poderes constituintes originários ao Congresso Nacional como fórmula capaz de criar limites políticos conservadores ao processo de transição democrática; c) o papel das regras do jogo eleitoral na determinação de seus resultados, e d) os resultados das eleições.

Características do ano eleitoral de 1986

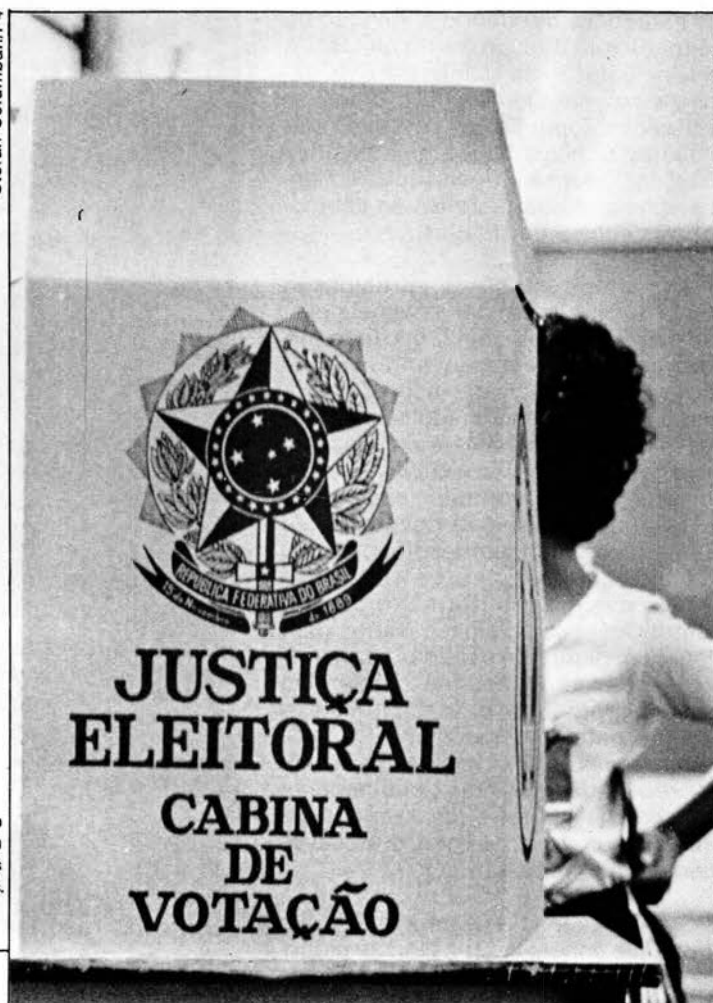
Foi um ano marcado pelas bem sucedidas táticas do governo para encobrir suas debilidades políticas e a persistente crise econômica. Houve distrações para as massas: a novela Roque Santeiro, o cometa Halley e a Copa do Mundo no México, entre outras. Estas eram, afinal, um contraponto a um ano que se iniciou com uma rearticulação da campanha pelas diretas para presidente, estimulada pelas vitórias do PDT e do PT nas eleições para prefeitos em 1985, e com a crise entre o presidente Sarney e o PMDB, em particular com o seu líder, Ulysses Guimarães, em torno da reforma ministerial.

Face, porém, à paralização administrativa e à agudização da crise econômica (crescente inflação e taxas de juros, ciranda financeira e queda de investimentos produtivos, etc.), o governo lançou mão de um expediente político-econômico — o Plano Cruzado (28 de fevereiro). O congelamento de preços e salários obteve extraordinário apoio da população naquela conjuntura e veio a se constituir no carro-chefe da campanha eleitoral da Aliança Democrática, principalmente do PMDB.

A exacerbação da propaganda política a favor do também chamado Plano de Inflação Zero levou a que seus críticos fossem acusados de impatriotas. O PT foi vitimado por dois episódios de estigmatização política: o assalto ao banco em Salvador (BA) e as mortes em Leme (SP). O PDT de Brizola, que se confrontou com críticas duras a popularidade do Cruzado e do presidente Sarney, ficou isolado. A crença na salvação pelo Cruzado dissimulava a necessida-

Na luta pelo voto popular o governo lançou mão de expedientes político-econômicos.

Stefan Columban/F4



de de medidas complementares imediatas para redirecionar, de fato, a economia. As distorções mostravam-se lentamente. Os salários ficaram congelados. Mas o mercado negro organizou-se rapidamente devido à sonegação de produtos pelos empresários que permaneciam impunes pelo governo, exceto em raras circunstâncias eleitorais.

A insegurança e a instabilidade política foram sistematicamente escamoteadas. Não se avançou na reforma administrativa nem na negociação da dívida externa. Não importou mais que a prometida reforma agrária tivesse entrado em colapso e que a violência rural, caracterizada por assassinatos como o do padre Josimo Moraes Tavares, em Imperatriz (MA), a 10 de maio, aumentasse. Somente após as eleições de 15 de novembro, que consagraram o congelamento de preços nas urnas com a vitória do PMDB, é que o governo efetivamente permite o descongelamento dos preços, o aumento das taxas de juros e

o retorno da inflação acelerada. O Plano Cruzado 2, de 21 de novembro, remete a população a uma situação de ansiedade e frustração semelhante àquela anterior ao Cruzado 1. É neste quadro dramático e instável que se instala a Constituinte no dia 1º de fevereiro de 1987.

Congresso Constituinte: as regras do jogo

A atribuição de poderes de fazer a nova Constituição ao Congresso Nacional eleito a 15 de novembro, ao invés da eleição de uma Assembléia só constituinte, criou limites políticos conservadores à transição democrática. Dentre eles, deve-se destacar:

a) A coincidência da eleição dos constituintes (inclusive, os deputados estaduais que farão as próximas Constituições estaduais) com a dos executi-

vos estaduais, desviando a atenção do eleitorado em direção a esta eleição. A não implantação da eleição em dois turnos para governadores agravou mais esta situação. E, por fim, os governadores, enquanto principais protagonistas das eleições, vieram a influenciar a escolha dos senadores na tentativa de acomodar tendências partidárias.

Salomon Cytrynowicz/F4

b) A enorme restrição à participação ampla da população causada pela eleição de senadores e deputados federais. Senadores não representam a população, mas os estados da Federação; por isso é que qualquer estado (não importa o número de habitantes) tem igual número de senadores. As eleições para deputados federais, conforme estão reguladas pela Constituição vigente, lavam a uma representação desproporcional da população. O número de votos de cidadãos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país necessários para eleger um deputado é muitas vezes menor do que nas regiões Sul e Leste. Não se aplica, portanto, o princípio básico da representação democrática: "cada cidadão, um voto". Na verdade, isto vem favorecer aquelas áreas politicamente mais conservadoras onde o voto de cabresto e a compra de votos é provavelmente mais freqüente.

c) A permanência de uma legislação eleitoral e conservadora. Não se elaboraram novas leis que coibissem o abuso nas eleições, o que ajudou a ação política das elites que controlam os meios de comunicação de massa e as máquinas governamentais. Manteve-se a sublegenda, que acabou favorecendo candidaturas conservadoras. No Rio de Janeiro, o candidato do PFL, Afonso Arinos, foi eleito senador, apesar de ter obtido 700 mil votos a menos que o mais votado do PDT, Marcelo Alencar. Filha do autoritarismo, a sublegenda foi abolida pelo Congresso imediatamente após as eleições.

Outros fatores também influenciaram os resultados da eleição:

a) A distribuição injusta do tempo no horário gratuito do TRE que favoreceu os partidos da Aliança Democrática, em detrimento dos pequenos partidos;

b) A ausência de uma campanha de esclarecimento voltada para informar ao cidadão, em particular ao analfabeto, como votar corretamente. A diagramação e formulação da cédula não foram satisfatórias e eleitores tiveram a



Brasília, 1º de fevereiro de 1987 — Instalação do Congresso Constituinte.

ameaça de um tempo reduzido para votar (um minuto);

c) A campanha foi bastante despoliticizada. Os partidos não apresentaram, em sua maioria, propostas para a Constituinte. O eleitor, por sua vez, centrou-se em nomes, já que o voto era inteiramente desvinculado. Consequentemente, o significado do voto acumulado por cada partido fica menos claro.

d) A desmoralização do Legislativo então existente e o excesso de candidatos aumentaram o desinteresse e a dificuldade de escolha dos eleitores.

e) A resolução do Tribunal Superior Eleitoral que proibiu a participação de autoridades públicas (porque não eram candidatos) nos programas de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Essa deliberação foi amplamente interpretada como se fosse destinada a impedir a presença do governador Leonel Brizola nos programas eleitorais do PDT.

Os resultados da eleição

O PMDB obteve uma vitória expressiva em 15 de novembro. Elegeu 22 gover-



nadores (um governador a mais do que a Arena conseguiu nomear em 1970) e 261 deputados federais. E tem atualmente 46 senadores, incluindo aqueles eleitos em 1982. Possui, portanto, mais que a maioria absoluta indispensável para aprovar os princípios que, enquanto partido unido, quiser incluir no texto constitucional. Ocorre, no entanto, que o PMDB é uma frente na qual convivem interesses e ideologias às vezes contraditórios, representados por congressistas identificados com regiões, grupos e corporações. Na medida em que o partido não fechar questão em relação aos temas em discussão — o que parece

ser mais provável —, as possibilidades de atuação de facções partidárias e grupos de pressão serão enormes. A influência do presidente Sarney sobre o partido pode variar de acordo com o sucesso, ou não, de suas iniciativas na política econômica e sua habilidade em manter alianças com governadores poderosos.

O quadro das bancadas dos partidos no Congresso Constituinte (ver Última Página) tem sido avaliado com resultados semelhantes por analistas que usam metodologias diferentes (ver *Políticas governamentais - uma análise crí-*

tica, Ibase, novembro de 1986; *Os resultados eleitorais e a composição do Congresso Constituinte*, Desep-CUT/São Paulo, janeiro de 1987). A Folha de São Paulo, em caderno especial sobre os eleitos, publicado no dia 19/01/87, estimou que "a esquerda terá apenas 52 constituintes, ou 9,3% do total; a direita, 69, o que corresponde a 12,3%". A predominância numérica fica com as categorias centristas: 438 deputados e senadores (78,3% dos constituintes). O centro propriamente dito tem 181 congressistas (32,3%); o centro-direita, 131 (23,4%) e o centro-esquerda, 126 (22,5%). A correlação de forças é inicialmente favorável a posições liberais-modernizadoras. Mas, as forças conservadoras são ainda bastante fortes e capazes de se organizarem rapidamente para influenciar um centro político de notável indefinição programática. Por isso, uma tendência ao liberalismo de cunho conservador será provavelmente dominante, especialmente se os *lobbies* empresariais urbanos, ruralistas, religiosos conservadores e transnacionais forem eficazes (contam-se 80 empresários na Constituinte, sendo eles a segunda categoria profissional entre os eleitos. Em primeiro lugar estão os advogados com 171 congressistas, cfme. FSP, 19/01/87. Por outro lado, a União Democrática Ruralista, UDR, afirma ter colocado 39 parlamentares na Câmara, cfme. FSP, 30/11/87).

Conclusões

O processo constituinte entra agora em nova etapa com a instalação da Constituinte em Brasília. Devido à crise econômica e à instabilidade política dela decorrente, o governo provavelmente tentará *acelerar* as discussões e a promulgação da Carta Constitucional. Mas, se a definição de novos princípios fundamentais de convivência política torna-se urgente para a segurança da economia e das instituições, deve-se ter também cautela para que o debate democrático nacional não seja atropelado na pressa. Deve-se mais ainda: criar mecanismos para a mais ampla participação popular durante os trabalhos da Assembleia, como um meio de assegurar um documento final legítimo e representativo das reivindicações da sociedade.

É nesse sentido que os movimentos populares pedem que se garanta no regimento interno do Congresso Constituinte a *iniciativa legislativa constitucional do povo*. Para tanto, deve-se dar



Mulher: presença importante na luta por uma Constituição representativa e popular.

tramitação especial a todos os projetos de tema constitucional que forem apresentados por petição assinada: a) por mais de 30 mil cidadãos, ou b) por, no mínimo, duas organizações formais da sociedade civil que, em seu conjunto, possuam mais de 30 mil associados, ratificada por maioria absoluta das assembleias das entidades, convocadas conforme seus estatutos. Cada petição, relativa aos projetos mencionados, embora contendo mais de um artigo, só poderá referir-se a um único tema constitucional.

Por fim, a construção da democracia requer respeito aos princípios básicos que asseguram a *soberania* da Constituinte. Deve-se enumerá-los, como reivindicações também dos movimentos populares:

a) O recesso do Congresso Nacional no decorrer da elaboração da nova Constituição;

b) A Assembleia Nacional Constituinte como Poder deve se sobrepôr ao Executivo, Legislativo e Judiciário;

c) Revogação imediata do "entulho" legislativo autoritário, tal como a Lei de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa, e os dispositivos constitucionais antidemocráticos, em particular, as "medidas de emergência" (CF, art. 155) e o "estado de emergência" (CF, art. 158)

que poderão ser ainda usados contra mobilizações populares;

d) Feitura da legislação ordinária, extraordinária e emergencial pela Assembleia Nacional Constituinte que poderá formar tantas comissões quantas entender necessárias para elaboração de pareceres;

e) Cada partido, com representação na Constituinte deverá designar um parlamentar, membro ou não de sua bancada, para integrar cada comissão que for formada;

f) Os senadores eleitos em 1982 terão exclusivamente voz - e não voto - na elaboração da Carta, sem prejuízo de sua participação na feitura da legislação ordinária;

g) Todas as votações de matérias constitucionais devem ser nominais;

h) Os debates e votações da Constituinte deverão ser amplamente divulgados pela imprensa oficial, seja pelos jornais de circulação nacional, pelo rádio e pela televisão, em cadeia nacional, o que deverá ocorrer entre 19 e 22 horas;

i) A participação direta da sociedade civil na apresentação de projetos de dispositivos constitucionais como também

nos debates das comissões da Constituinte;

j) As decisões constitucionais controvertidas deverão ser submetidas à consulta popular. Assim, a promulgação do texto constitucional dependerá de *referendo popular* acerca dos temas que, embora rejeitados, tenham recebido o voto favorável de, no mínimo, 2/5 dos constituintes e que sejam objeto de destaque solicitado também por 2/5 dos constituintes. O elevado número de votos em branco e nulos para os cargos legislativos, estimado em cerca de 25%, deveria ser mais um alerta para a necessidade de se levar o texto constitucional controverso à consulta popular como maneira de dar-lhe legitimidade;

l) A Constituinte deverá concluir seus trabalhos em doze meses, a partir de sua instalação, prorrogáveis por mais seis meses por decisão de pelo menos 4/5 dos constituintes.

A construção de Estado Democrático Participativo requer a *iniciativa legislativa constitucional do povo* e a ampliação da *soberania* efetiva da Constituinte. O sucesso nesta caminhada depende do povo organizado e mobilizado.

César Caldeira é advogado e professor de Direito. É editor-geral do *Dossiê Constituinte II - questões nacionais e propostas populares*, do CEDI.



O avanço militar

Jânio de Freitas

Os militares chegam ao ano da Constituinte dotados do mais vasto poder de que já desfrutaram sob presidência civil e, ainda, com este poder mais preservado de hostilidade política do que ao tempo do regime militar.

A penetração obtida pelos militares no centro de decisões, em 85, por decorrência das inseguranças de Sarney ao receber a presidência surpreendente, em 86 não apenas se consolidou, como avançou a ponto de impor ao regime desfigurações que o tornam indefinível. Até porque ninguém busca esta definição, que exigiria o reconhecimento de realidades inconvenientes e deixaria mal tanto os oposicionistas de ontem, como todos os que se envolveram com os compromissos de democratização—políticos do PMDB ou dissidentes do PDS, imprensa, entidades representativas da sociedade civil como OAB e ABL, os setores acadêmicos que deveriam ocupar-se do estudo e debate das questões de fundo institucional.

Durante quase todo o regime militar, um setor da alta oficialidade tentou ver aprovado o seu plano de ocupação colonizadora da fronteira norte. Mesmo encampado pelo Conselho de Segurança Nacional, este plano, que interessa fundamentalmente a grandes empresas de mineração, ficou nos arquivos do mínimo pudor, por seu potencial de escândalo, pela violência contra populações indígenas e pelos negócios a ela subjacentes. Sob o nome de "Calha Norte", e a conveniente cobertura de uma presidência civil, foi incorporado ao programa do governo Sarney. E no PMDB, que contra ele tanto se manifestara, nem uma só voz se manifestou.

O "projeto paralelo", de pesquisa nu-

clear com finalidades militares, não precisa mais guardar-se em segredos absolutos: as poucas vozes isoladas que se erguem contra ele são incapazes de interessar no problema aterrorizante os grandes contingentes políticos. Sócios do poder, associam-se aos projetos militares. Não escandaliza, nem sequer merece atenção, assim, o episódio de desautorização, sem precedentes, em que um acordo bilateral com a Argentina é retirado da pauta no momento em que o visitante Alfonsín e Sarney iriam assiná-lo. Os ministros militares brasileiros de repente o consideraram desinteressante. E, na simplicidade de sua decisão, eliminaram qualquer resquício de dúvida sobre a localização real do poder e o papel reservado à presidência civil, pelo menos a atual.

Os aluguéis, como se sabe, sobem mais para os militares do que para os paisanos. Ou, se não, para os primeiros justificam aumentos salariais que não se estendem aos outros. O 13º salário ao funcionalismo saiu, enfim, por não alcançar menos de 20% da administração civil, mas por beneficiar 100% dos militares. A reforma administrativa foi mandada para a reforma no sentido militar deste ato burocrático: como não poderia ser feita sem extinguir a acumulação de cargos, então não poderia ser feita mesmo, porque os grandes beneficiários da acumulação, há anos estimados em mais de 30 mil, são militares da reserva que obtêm um segundo e alto salário em órgãos oficiais civis.

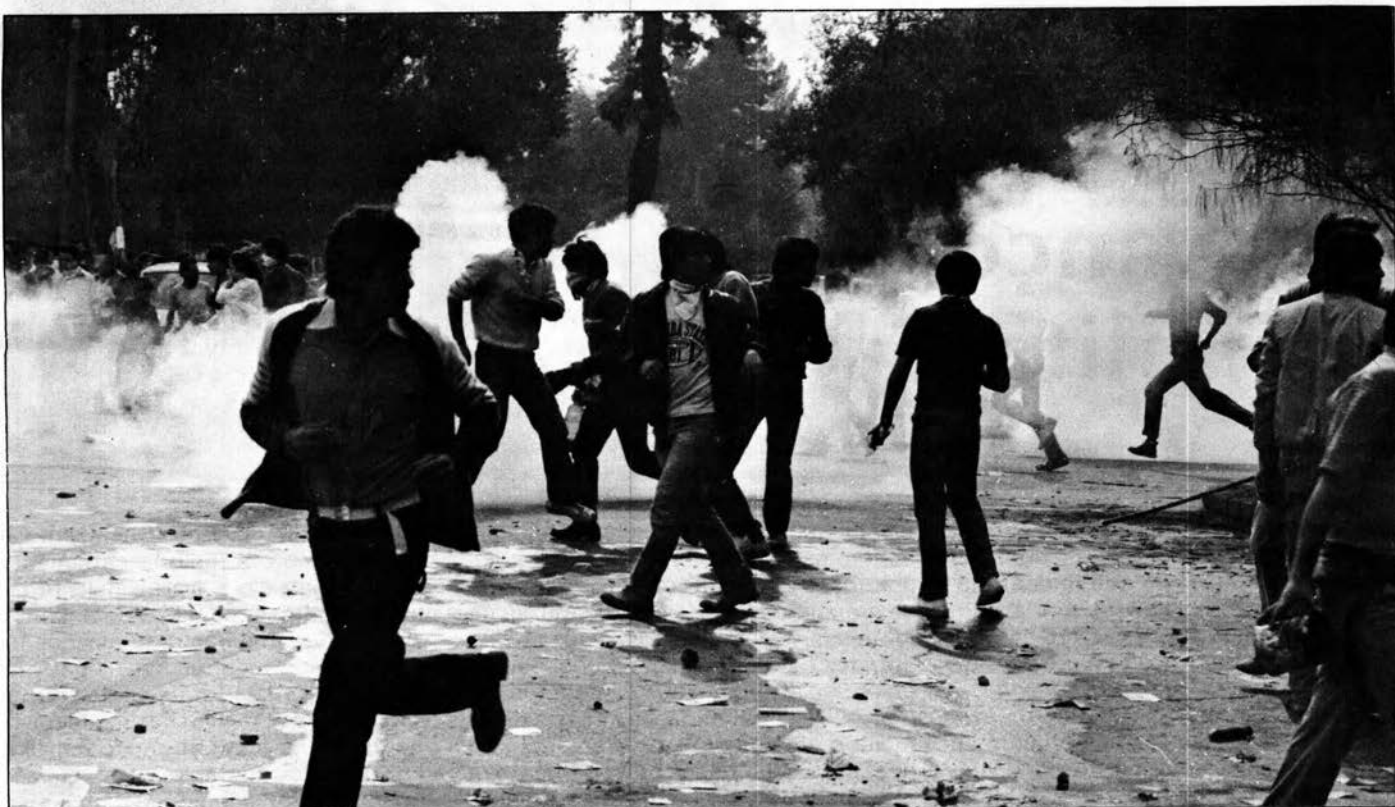
A política da informação, a antipolítica da Funai, a contenção da reforma agrária, medidas deformadoras do processo eleitoral são exemplos mais conhecidos da influência determinante dos militares nas decisões e nos proce-

dimentos do governo. Da mesma influência sobre a maioria parlamentar, constituída pelo PMDB e pelo PFL, é exemplo também conhecido a sobrevivência integral das ditatoriais leis de greve e de segurança nacional. Mas, na verdade, nada foi decidido pelo governo contra a opinião dos ministros militares. Muito ao contrário, os civis do governo é que adotaram as concepções da doutrina de segurança, como aconteceu, para citar um só caso, em relação ao significado atribuído a movimentos trabalhistas e à organização sindical.

Tal é a predominância dos militares que, nem instalada ainda a Constituinte, já impuseram a ela suas principais teses: o veto à criação do Ministério da Defesa, reunindo os ministérios militares, e a permanência da atribuição constitucional, às Forças Armadas, da responsabilidade não só pela segurança externa, mas também pela ordem interna. E que ninguém tenha dúvida: isto é só o fundamental, porque o restante virá, ou não, dependendo das propostas que surgirem na Constituinte.

Note-se, para encerrar, que a fuga geral ao exame da presença militar no poder, e de suas consequências, é facilitada pela diferença de categoria pessoal entre o ministro do Exército de hoje e o do governo Figueiredo, o mesmo podendo ser dito em relação ao ministro do SNI. O que facilita, porém, não pode ser tomado como justificativa. Que, no caso, nem existiria. Acovardamento por conveniência também não é justificativa. É comprometimento.

Jânio de Freitas é analista político. Este artigo foi publicado na *Folha de São Paulo*, de 3 de janeiro de 1987.



Manifestação estudantil contra a ditadura militar no Chile.

América Latina: a crise se acentua

Newton Carlos

Oitenta e seis foi um ano de agravamento de crises na América Latina. Há a questão de dinheiro. Ou de recursos. As estatísticas do Banco Mundial mostram a exaustão do comércio exterior latino-americano, afogado em déficits, à exceção do Brasil. Dívida externa e "fuga de capitais" aumentaram a transferência líquida de capitais para países capitalistas avançados.

O crescimento econômico dos anos 60 e parte dos 70, com promessas de renda per capita no ano dois mil igual à da Europa de hoje, esbarrou na recessão. Crescimento mínimo ou negativo por toda parte. Mas é bom lembrar que os anos dourados deixaram seqüelas. Os impulsos revolucionários na América Central resultaram da formação de

uma classe – média mais bem educada de que seus ancestrais remotos e imediatos.

Lotaram-se as universidades. Espalhou-se o conhecimento da triste realidade do continente. E a revolta explodiu, diante de autoritarismos que viçiam e bloqueiam os processos políticos. São seqüelas ainda vigentes e com jurisdição também no sul do continente, onde pipocam movimentos guerrilheiros. Há guerrilhas na Colômbia, Peru e Equador. Guerrilheiros se juntam em brigadas internacionais. A repressão é brutal e a espiral de violência inevitável.

A Colômbia já é quase um El Salvador sulista. No Peru, o Sendero Luminoso se destaca com sua "pureza ideoló-

gica" e uma essência brutal que lembra os guerrilheiros de Pol Pot, no antigo Camboja. Os do Equador ainda lutam por organizar-se e há risco de nova erupção guerrilheira na Venezuela. No Chile, a recusa de Pinochet em permitir uma "transição pacífica" dá argumentos aos que dizem que ele só sairá do palácio pela força.

Foi um ano de muita tristeza e muita brutalidade no Chile. A mobilização social contra a ditadura (manifestações de rua, greves, etc.) naufragou devido a duas coisas: repressão "eficiente" e incapacidade da oposição em juntar-se para derrubar o ditador, deixando para depois as negociações sobre "contradições" entre os grupos e partidos oposicionistas. Pinochet escapou de um atentado "confuso" e a confusão au-

mentou entre os que lutam contra êle.

A questão militar — da relação entre militares e a sociedade civil — não se limitou ao Chile. No Uruguai “redemocratizado”, os militares disseram que não compareceriam a tribunais civis para responder a processos por violações de direitos humanos durante os doze anos (1973 a 1985) de ditadura. O julgamento em tribunais civis fora determinado pela Corte Suprema. O Congresso uruguaio foi obrigado a apressar a votação de uma lei de anistia para evitar “fatos consumados” (o desacato à justiça por parte de militares) que deixaram a “redemocratização” do Uruguai nua no meio da rua.

**Armamentismo e pobreza:
essa trágica combinação é
ainda mais indecente na
América Central.**

Também aprovada uma lei de “ponto final” na Argentina. Na Colômbia, os militares não aceitam transações com a guerrilha. Ex-guerrilheiros e políticos incorporados a uma coligação legal, a Frente Patriótica, na qual está o Partido Comunista, foram dizimados por esquadrões da morte. Entre os mortos a — balaços se incluem um senador e um deputado. A Frente Patriótica é ligada às Fôrças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a única guerrilha que

acatou a lei de anistia, aceitou participar do jogo político e continua respeitando o cessar-fogo.

No Peru, os militares continuam senhores da guerra nas regiões da serra, onde nasceu e é mais ativo o Sendero Luminoso. No final do ano passado surgiram novas denúncias de massacre numa aldeia de camponeses. Os militares peruanos ainda ganharam uma esquadilha de doze unidades de caças-bombardeiros supersônicos Mirage 2000, de fabricação francesa.

A compra reacendeu conflitos. O Equador comprou outro tanto de Kfirs, fabricados em Israel sob licença. São iguais aos Mirage 2000. Equador e Peru não conseguem resolver um conflito de fronteiras que data de Pizarro, o conquistador espanhol, e até guerrearam por causa disso. O Chile também comprou muita arma. Além da oposição interna ao regime, guarda territórios que tomou do Peru e Bolívia no século passado.

Junte-se o armamentismo às mazelas da pobreza. Essa trágica combinação é mais indecente na América Central. Países absolutamente miseráveis como El Salvador e Honduras são os maiores beneficiários latino-americanos do projeto de ajuda ao exterior que o presidente Ronald Reagan mandou ao Congresso norte-americano. Ajuda militar em parcela considerável. O Exército salvadorenho quase alcançou o contingente

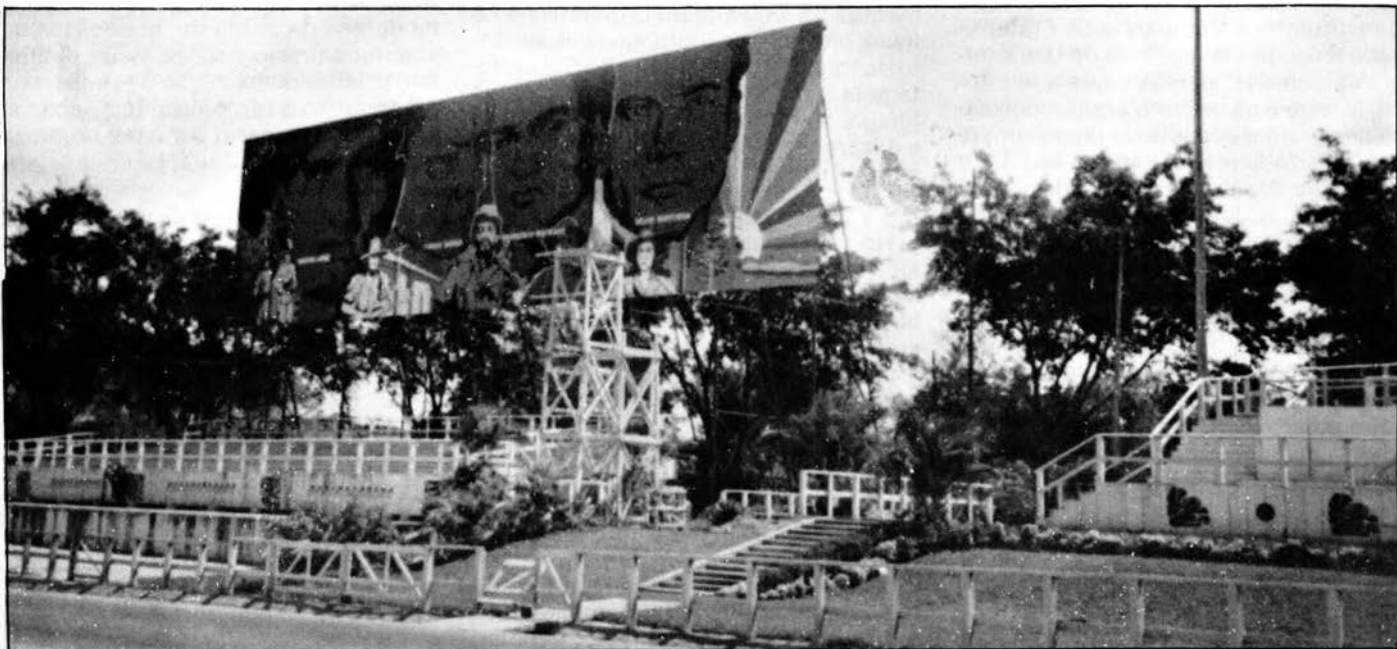
de 50 mil homens. Tinha 12 mil há três anos. Honduras continuou sendo transformada num porta-aviões dos Estados Unidos na América Central. Único porta-aviões com direito a voto na ONU, comentou um jornal guatemalteco. E os “contras” da Nicarágua receberam mais 60 milhões de dólares dos Estados Unidos, de uma nova ajuda de 100 milhões aprovada pelo Congresso.

**O crescimento econômico
dos anos 60, e parte dos 70,
com promessas de altas
rendas per capita, esbarrou
na recessão.**

Com a política centro-americana de Reagan enfraquecida por uma epidemia de escândalos, Contadora e seu grupo de apoio (Colômbia, Venezuela, Panamá, México, Brasil, Argentina e Peru) trataram de ativar a mediação de paz na América Central a partir de uma “ótica” latino-americana. Numa reunião, no Rio de Janeiro, os oito se constituíram num “grupo consultivo” permanente, aberto ao exame de qualquer questão do interesse coletivo da América Latina. Talvez o começo de uma OEA sem os Estados Unidos.

Newton Carlos é jornalista especializado em assuntos internacionais.

Dermi Azevedo



Igreja do Brasil Balanço de um ano - 1986

José Oscar Beozzo

Luz Bitar/F4



Escolhemos como enfoque deste balanço a análise das relações da Igreja Católica com a sociedade civil, com o Estado, com suas questões internas e com as outras igrejas, incluindo aí o campo ecumênico, o Celam e Roma.

Igreja e sociedade civil

O envolvimento mais importante foi a participação decidida, ao lado de outras forças sociais em duas questões capitais: a da reforma agrária e a da Constituinte. A Campanha da Fraternidade tendo por tema "Terra de Deus, terra dos homens" permitiu que a temática da terra e da reforma agrária deixasse de ser uma espécie de departamento confiado à luta incansável da CPT e ganhasse, capilarmente, lá onde não foi boicotada, a consciência e a vida do corpo eclesial por inteiro. A reação não se fez esperar, indo da truculência da UDR — "para cada fazenda invadida, um padre morto" —, à crescente má vontade da grande imprensa e do governo que culminaram com a destituição do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e os ácidos comentários do ministro da Justiça, Paulo Brossard, contra os bispos e a CNBB.

A violência no campo que custou a vida de quase 300 lavradores, entre os quais muitos dirigentes sindicais, de comunidades de base, agentes de pastoral, foi exemplarmente tipificada no assassinato do pe. Josimo Tavares, na região do Bico do Papagaio. De nada va-

leram as denúncias e o pedido de proteção à sua vida ameaçada, levados diretamente ao presidente da República, por cinco bispos. Em muitos lugares, os próprios agentes do Estado, polícia, prefeitos, vereadores promovem a violência e acobertam os assassinos, com a complacência inclusive de autoridades estaduais, federais e até do Judiciário.

Os acampados da fazenda Anonni, no Rio Grande do Sul, pelo seu grande número, sua luta persistente, a longa caminhada empreendida de lá até Porto Alegre durante 28 dias, pelos acampamentos na Assembleia Legislativa e no Incra, provocaram profundo envolvimento da Igreja do Rio Grande do Sul na luta pela terra, aí apoiada de perto pelas Igrejas Luterana, Metodista, Episcopal e alicerçada num ecumenismo de base cada vez mais amplo.

No terreno da Constituinte, a Igreja alinhou-se com a OAB, parte da imprensa e dos partidos na luta pela Assembleia Constituinte exclusiva e eleições em separado. As duas teses foram derrotadas pela coincidência das eleições com a de governadores e a transformação do Congresso normal em Congresso com poderes constituintes. Na assembleia de abril, a CNBB aprovou, depois de longa discussão preparatória nas dioceses e em plenário, o documento *Por uma nova ordem constitucional*. Estimulou-se, por toda parte, a participação dos católicos, juntamente com outros cristãos e o movimento popular, na constituição de grupos de estudo, de foruns de debate e de encaminhamen-

to de propostas concretas para o futuro debate constituinte. O Conic procurou ampliar o contato entre as igrejas cristãs na busca de uma linha comum em torno das questões fundamentais da Constituinte.

Durante a campanha eleitoral foram elaboradas, pelas pastorais e, às vezes, pelas próprias dioceses, listas com nomes de candidatos comprometidos com as lutas populares e com suas reivindicações no campo constitucional. Acerca dos direitos dos povos indígenas, a Igreja juntou-se às poucas vozes — UNI, Anai, Associação de Antropólogos — na defesa da pauta de luta desses povos: reconhecimento de seus direitos territoriais e demarcação de suas terras, preservação da própria cultura, reconhecimento e respeito às suas organizações sociais e culturais.

Ainda no campo político, merece destaque o debate interno, a partir do texto de Clodovis Boff, *Os cristãos e a questão partidária*, que provocou uma dezena de outros artigos, amplamente discutidos entre agentes de pastoral e militantes.

Igreja e Estado

Um relacionamento complexo e, por vezes, contraditório marcou o ano de 1986. O namoro com a Nova República que levou ao desastrado episódio da censura ao filme *Je vous salue Marie*, ao apoio ao ministro Ribeiro, do Mirad, ao aplauso ao presidente Sarney e à sua equipe econômica pelo Plano Cruzado,

levou também a um contencioso em várias frentes:

— Denúncia da morosidade e da inapetência do poder político em implantar a reforma agrária.

— Impotência quando não convênção do Estado na violência contra lavradores, posseiros e trabalhadores sem terra.

— Manutenção de vetos à entrada de missionários estrangeiros para determinadas dioceses.

— Atritos com o Ministério da Justiça que acusou a Igreja de interferência e de querer controlar o Estado quando cobrou deste os compromissos com a reforma agrária, a defesa dos direitos humanos e a justiça social.

— Denúncia do projeto "Calha Norte", saído dos porões do Conselho de Segurança Nacional, sem passar pelo Congresso e pela opinião pública, violando os preceitos constitucionais relativos às terras indígenas, militarizando as áreas fronteiriças em prejuízo direto de 70% da população indígena da região amazônica que ali habita.

A viagem, em julho, do presidente Sarney a Roma provocou reação irada da grande imprensa, capitaneada pela revista *Veja* ("O cerco da Igreja", de 09/07/86) e pelos jornais conservadores, com artigos insultuosos contra a CNBB e a Igreja em geral. Do Papa João Paulo 2º, Sarney ouviu a frase: "A reforma agrária não pode fracassar no Brasil. É questão de justiça social". Das mãos do secretário geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, o Papa recebeu, pouco antes da visita de Sarney, o documento dos sem terra sobre os assassinatos no campo e informações sobre a Constituinte, a reforma agrária e a questão dos vistos aos missionários.

A degradingolada do Plano Cruzado e o impasse econômico e social agravado pelo retorno da inflação e risco de recessão está levando a cúpula da Igreja a uma posição mais crítica em relação ao governo.

Igreja e questões internas

O acontecimento mais importante do ano foi o 6º Encontro das CEBs, realizado em Trindade (GO), com a presença de 1.700 participantes entre delegados de base, agentes de pastoral, assessor

es, convidados evangélicos, representantes dos povos indígenas, irmãos latino-americanos, observadores estrangeiros e quase sessenta bispos. O encontro, com representantes de duzentas dioceses, mostrou a extensão do enraizamento das CEBs, o aprofundamento do seu compromisso eclesial, mas também social e político, e a emergência de um modelo eclesial mais fraterno, mais popular e evangelizador. As celebrações dos mártires da caminhada iluminou o rastro de sangue e de sacrifício que acompanha a construção das CEBs.

Esta dimensão dos mártires da caminhada voltou a ser celebrada num grande encontro, a 12 de outubro, em Ribeirão Bonito (MT), no décimo aniversário do assassinato do pe. Penido Burnier. Os encontros de CEBs, suas celebrações, as romarias da terra, o reconhecimento do testemunho de fé e luta pela justiça selada no sangue dos pequenos têm significado um reencontro profundo da Igreja mais oficial com as raízes populares, propiciando uma nova maneira de ser de toda a Igreja.

O 6º Encontro não foi coberto pela grande imprensa, que abriu, entretanto, grande espaço para o artigo de d. Amaury Castanho, criticando o encontro e as CEBs. Internamente, centros de documentação, revistas e jornais deram excelente cobertura ao 6º Encontro Intereclesial.

Cabe destacar, ainda no plano interno, a realização da assembleia da CRB — com a presença de seiscentos superiores maiores —, do primeiro encontro nacional do clero, da 1ª Semana Nacional de Catequese, com representantes de 300 mil catequistas do país, e de toda a movimentação dos leigos em função do próximo Sínodo. Talvez estejamos diante de sinais precursores do surgimento de outras instâncias de comunidades, de movimentos leigos, de teólogos, de padres que possam contrabalançar o peso, até agora preponderante, do corpo episcopal na Igreja do Brasil.

É alentador o ritmo das novas ordenações sacerdotais, mas preocupante o rumo que vai tomando a formação sacerdotal. Em Belo Horizonte, o arcebispo retirou os teólogos do curso da Universidade Católica para abrir um teológico seminarístico; em Recife, o arcebispo retirou seus alunos do curso da Universidade Católica para abrir um seminário próprio, repetindo o que já acontecera em Belém e no Rio de Janeiro. Em Marília, os bispos da região

retiraram os estudantes do curso de filosofia da universidade estadual em troca de um curso seminarístico. Na timidez em assumir uma formação mais ligada à cultura e ao mundo popular, tanto operário como camponês, na ruptura com o mundo universitário, a Igreja corre o risco de formar seus padres à margem das interpelações que brotam do mundo do trabalho e das que vêm do mundo da ciência, da pesquisa e do horizonte universitário.

A carta do Papa, datada de 9 de abril, vinda ao final de um ano e meio de visitas *ad limina* dos bispos brasileiros a Roma e do encontro de avaliação de três dias (12 a 14 de março) da presidência da CNBB, presidentes dos regionais e cardeais brasileiros com organismos da Cúria Romana e com o próprio Papa, entregue pelo cardeal Gantin na abertura da 24ª Assembleia da CNBB, pode representar uma mudança importante no relacionamento entre Roma e a Igreja no Brasil. A carta foi precedida de um gesto de boa vontade — a suspensão, na Páscoa, do ano de silêncio obsequioso imposto ao teólogo Leonardo Boff — e parece colocar um ponto final na atitude, senão de confronto, pelo menos de suspeita, em relação à caminhada pastoral da Igreja do Brasil. Ela contém uma palavra de estímulo à Teologia da Libertação — "não só oportuna, mas útil e necessária" — e uma aprovação da linha de trabalho seguida pela CNBB, até então apontada por setores conservadores como contrária à orientação do Papa.

Em que pese a palavra do Papa, persistiram dificuldades em Roma no tocante, por exemplo, à coleção *Teologia e Libertação*. Por isto, esta mudança de atitude, que confortou e alegrou um grande número de bispos, terá que ser avaliada na prática, sobretudo na questão da nomeação de bispos. A sucessão do cardeal da Bahia, recentemente falecido, será um teste importante. Repetir-se-á aí a mesma estratégia usada na sucessão de Brasília, Porto Alegre, Recife e Goiânia, onde nomes como os de d. Ivo, presidente da CNBB, de d. Luciano, secretário geral da entidade, embora insistentemente citados, foram preteridos em favor de figuras de corte mais conservador e mesmo apagadas em relação à estatura de um d. Vicente Scherer, de um d. Helder Câmara ou de um d. Fernando Gomes?

José Oscar Beozzo é padre, sociólogo e diretor do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep).

Avanços e retrocessos do movimento ecumênico

Saulo Petean/F4



Romaria da Terra: povo de Deus unido pela justiça no campo.

Júlio de Santa Ana

Acaba de terminar um ano. Como sempre, é motivo de reflexão, de avaliações, de fazer um balanço entre o que se fez e o que não se pôde fazer, entre o positivo e o negativo. O movimento ecumênico não pode fugir a esta regra. Por isso mesmo, neste artigo nos propomos fazer um exame retrospectivo do que aconteceu nesta peregrinação do povo de Deus na busca de sua unidade.

Por definição, o ecumenismo está intimamente ligado aos acontecimentos que vão marcando a história humana. A raiz grega da palavra indica que a *oikoumene* é "todo o mundo habitado". Portanto, o caminho para a unidade dos seres humanos relaciona-se com o que ocorre em nossa história. Os avanços e os retrocessos nesse caminhar não podem separar-se dos acontecimentos históricos. Através deles vão se dando os sinais do Reino, do mundo novo de Deus que os seres humanos esperam e pelo qual também lutam. Por conseguinte, ao iniciar esta reflexão convém, em

primeiro lugar, considerar quais os fatos que mereceram a convergência dos seres humanos e quais os que provocaram as divergências, as separações. Por exemplo, um acontecimento que deu esperanças e alegrias a quase todo o mundo foi a queda do ditador Marcos, nas Filipinas. A mesma fora precedida, de poucas semanas, pelo fim do período duvalierista no Haiti. Ambos os fatos podem ser contados como parte do artigo do movimento ecumênico no ano passado. Talvez haja quem se pergunte o que tem a ver um fato "secular" com a unidade do povo do Senhor. É necessário que aqueles que se fazem esta pergunta compreendam que na Bíblia a chegada do novo mundo de Deus se dá através dos grandes processos históricos. Tal é o testemunho do autor do *Apo-calipse*, por exemplo. A história de Deus está tecida junto com a dos seres humanos. Ambas são inseparáveis.

Dentre todos os fatos e processos vividos em 1986, possivelmente nenhum outro uniu mais os homens e mulheres de

quase todo o mundo do que a luta em que se empenham os negros da África do Sul contra o sistema do *apartheid*. Luta que envolve muitos sacrifícios e sofrimentos. Contudo, os negros sul-africanos resistem ao poder segregacionista dos dominadores brancos e, em torno dessa resistência, se enlaçam solidariedades que vão unindo as grandes maiorias do nosso mundo.

Também aqui no Brasil houve acontecimentos e processos que demonstraram esse caráter unitário. Um deles, em nossa opinião o mais importante, foi a luta pela terra. Ante um decreto de reforma agrária que não é posto em execução, os camponeses se unem para tentar conseguir a terra de que precisam para viver, para recobrar a sua dignidade humana e, assim, criarem-se condições que permitam o progresso da justiça na sociedade. A ação dos "sem-terra", acompanhados por outros movimentos de trabalhadores rurais, pela Comissão da Pastoral da Terra, etc., motiva a unidade de grandes correntes da

opinião pública. Este movimento solidário ficou patenteado nas grandes lutas e mobilizações que sacudiram o sul do Brasil durante todo esse ano. Em torno dessas bandeiras de luta une-se o povo de Deus. Aqueles que a elas se opõem demonstram que, em lugar de estarem motivados pelos interesses do Evangelho, o que os move é outra coisa: a propriedade de uma terra que consideram sua, o poder de dominar os outros, a necessidade de lucrar sempre mais. Estes, certamente, não se integram ao movimento pela unidade do povo de Deus. Interessa-lhes muito mais ficar fora dele. Por isso, acontecimentos tais como a ineficácia no plano da reforma agrária, a ausência de vontade política para implementá-la, devem ser considerados como fatos em que — consciente ou inconscientemente — se manifesta o espírito anti-Reino, o espírito antiecumênico.

Um outro processo que no Brasil mostrou possuir esta dimensão unitária é o que se relaciona com a formulação da nova constituição que deverá ser submetida à aprovação do povo dentro de alguns meses. Certamente o caráter ecumênico do processo que ora mencionamos é menos claro que no caso da reforma agrária. O que importa ressaltar é que, em torno deste esforço por conseguir formular uma constituinte democrática e que assegure os direitos do povo brasileiro de participar na definição do seu próprio destino, na ecisão dos assuntos que lhe competem vitalmente, vieram a encontrar-se homens e mulheres de crenças e ideologias diferentes. A unidade do povo de Deus passa por estes caminhos. Por isso devemos observá-lo para ver como vai se produzindo esta unidade.

Os níveis do Movimento Ecumênico

Nesta caminhada em busca da unidade do povo de Deus, as Igrejas têm uma parte muito importante. Sobretudo porque, em virtude do conteúdo próprio da fé no Evangelho de Jesus Cristo, elas têm consciência de que uma parte muito importante do seu testemunho e missão consiste justamente na afirmação da unidade. A aproximação e o diálogo entre as igrejas têm sentido porque são um sinal da unidade que Deus quer para todo o seu povo. "Que sejam um para que o mundo creia" foi a oração de Jesus pouco antes de morrer (cf. Jo 17,21). As igrejas são chamadas a viver em unidade para que aqueles que ainda não têm a fé evangélica possam crer

que a unidade é possível, que Deus quer que os diversos povos, com suas culturas, histórias e tradições diferentes, possam viver reconciliados. Sem este testemunho das igrejas, dificilmente os que não são cristãos poderão acreditar na necessidade da união.

A unidade das Igrejas não se dá em bloco, mas se manifesta em níveis diferentes. O mais importante de todos estes (pelo menos o mais importante para o movimento ecumênico) é o nível local. Pouco valem os sinais de unidade nas grandes alturas internacionais se não existe a unidade nos lugares concretos onde coexistem as igrejas, e onde os membros das mesmas se esforçam por dar um testemunho do que significam as promessas do Evangelho. Por essa razão é que o Conselho Mundial de Igrejas, já desde 1961, quando se realizou a sua 3ª Assembléia, em Nova Delhi (Índia), afirma que a verdadeira unidade é aquela que reúne "em cada lugar, todos" os que confessam a Jesus como Senhor de acordo com o testemunho bíblico, participando do batismo e comungando ao redor da mesma mesa. Infelizmente isso não acontece na maioria dos casos. Não obstante, quando o caminho para a unidade avança por essas sendas ao nível local, certamente o ecumenismo progride de maneira incontestável.

Há outros níveis, ainda, por onde passa o movimento ecumênico. Mencionaremos três que nos parecem muito importantes. O primeiro deles corresponde ao *nacional*, ou seja, aos acontecimentos, processos ou instituições que permitem a unidade dos crentes de to-

do um país. É, por exemplo, aqui no Brasil, o caso do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), cuja existência é um dos grandes sinais de esperança para o movimento ecumênico neste país.

O segundo nível possui dimensão mais ampla. Ocupa um lugar no *plano internacional* e se manifesta sobretudo como ecumenismo interconfessional. Chega a concretizar-se quando confissões que reúnem crentes de diversas nacionalidades e culturas decidem encontrar-se, dialogar e tentar fazer algo juntos. Este é o tipo de ecumenismo que, durante o século em curso, fez os maiores progressos na história da Igreja. Após as grandes evidências de seu avanço em décadas passadas, parece caminhar mais lentamente. Aqui é onde aparece a importância do ecumenismo ao nível local, pois, de fato, o movimento ecumênico internacional entre as igrejas progredirá na medida em que crescer o espírito ecumênico e aumentarem as provas objetivas do mesmo ao nível de base.

O terceiro nível do movimento ecumênico corresponde às relações inter-religiosas e inclui também o diálogo com ideologias que não se definem em favor das crenças religiosas, como é o caso do marxismo. Este tipo de ecumenismo, sim, está apenas começando. Tem-se concretizado em pequena escala entre crentes e não crentes que participam ombro a ombro das mesmas lutas. Contudo, mostra a experiência que há muito caminho a percorrer para avançar neste terreno.

CADERNOS DO ISER

Onde temas especiais relacionados à religião são tratados com profundidade. São publicados de 3 a 4 livros por ano.

Publicados em 1985:

Nº 17: *A Igreja em flagrante - Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira, 1964-1980*, de Ralph Della Cava.

Nº 18: *Umbanda e política*, de vários autores.

Publicados em 1986:

Nº 19: *Os escolhidos de Deus - Pentecostais, trabalhadores e cidadania*, de Regina Novaes.

Nº 20: *Brasil e USA: Religião e identidade nacional*, vários autores. (No prelo.)

CADERNOS DO ISER é uma publicação do Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Assinatura anual: Cz\$ 150,00

Pedidos de assinatura, números avulsos e catálogo para ISER - Largo do Machado, 21 - Cobertura-Rio de Janeiro - RJ - CEP 22231 - tel.: 265-5747

Leia também *Religião e Sociedade* e *Comunicações do ISER*, ou assine as três publicações por Cz\$ 330,00.

ISER CADERNOS DO ISER
CADERNOS DO ISER CADERNOS

Alguns avanços em 1986

Considerando a situação ao nível do Brasil e da América Latina, muito especialmente dois fatos devem ser levados em conta como sinais do progresso do movimento ecumênico. Em *primeiro lugar*, a dimensão ecumênica que caracterizou o 6º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, realizado em Trindade, Goiás, em julho de 1986. Aí se reuniram mais de 1.500 pessoas, na grande maioria delegados de diversas regionais que dão espaço à ação das CEBs. Não foi a primeira vez que compareceram evangélicos a esses encontros, mas foi essa a primeira oportunidade em que foram convidados a participar muitos evangélicos de diversas denominações.

No desenrolar do Encontro, apesar das tonalidades próprias que distinguem os católicos dos protestantes, quase não se notaram diferenças entre uns e outros. Os evangélicos foram diversas vezes convidados a co-participarem da celebração da Palavra de Deus, a se dirigirem aos participantes da assembléia, a colaborar em diversas tarefas exigidas pela organização do Encontro. Em mais de um sentido, esta abertura ecumênica manifestada na celebração da reunião de Trindade vem coroar os esforços dos pioneiros do ecumenismo que, tal navegantes solitários, participaram em encontros anteriores entre um grande número de católicos. Em Trindade, quando reconheciam um evangélico não o tomavam como alguém estranho à reunião: fa-

ziam parte da mesma família, membros das Comunidades. O momento culminante deste acontecimento ecumênico ocorreu no último dia do Encontro, em duas ocasiões. A primeira, quando os evangélicos tiveram a responsabilidade do momento devocional com que se abriram os trabalhos dessa jornada. Ali estavam mais de vinte protestantes no pódio, conduzindo a assembléia litúrgica do Encontro: celebração da Palavra de Deus, momento de confissão mútua, oração silenciosa, proclamação da absolvição, e, sobretudo, uma grande alegria no canto dos hinos. Alegria que expressava a consciência da reconciliação, do diálogo, do fato de estarmos caminhando juntos na busca da unidade do povo de Deus ao acompanharmos esse novo modo de ser Igreja que são as Comunidades Eclesiais de Base. Essa experiência augura dias melhores para o ecumenismo no Brasil.

Em *segundo lugar*, cabe mencionar este outro grande acontecimento concretizado na reunião convocada pelo bispo de Cuenca, Equador, juntamente com o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), sobre as expressões livres da religião na América Latina. Esta reunião procurou encarar este vibrante fenômeno que vem se produzindo há pouco mais de quinze anos e que consiste na penetração de novas expressões religiosas nas sociedades latino-americanas. Para alguns trata-se das

chamadas "seitas", nome que realmente não faz justiça a essas manifestações. O caráter ecumênico desse encontro já se manifestou a partir do momento em que se deixou de lado essa terminologia de conotação pejorativa. Porém, a ecumenicidade da reunião se concretizou pela riqueza de tradições cristãs que dela participaram e, sobretudo, pelo caráter respeitoso (sem ser irônico) e responsável ante a existência de tais manifestações. O relatório final da reunião (ver encarte de *Tempo e Presença* n.º 215) coloca esses fatos, que mereceram sua atenção, no contexto das transformações e lutas sociais que hoje têm lugar na América Latina. Foi a primeira vez que católicos e evangélicos se reuniram nesta parte do mundo para considerar um tema desta natureza, que desafia a ambos. Por isso mesmo, pode-se dizer que este acontecimento é um marco que assinala o progresso do movimento ecumênico na América Latina.

Outros avanços

Ao nível interconfessional, dois elementos evidenciam também o desenvolvimento do movimento ecumênico. O *primeiro* deles foi a realização, em Lion (Suíça), da consulta em prol da "Justiça, Paz e Integridade da Criação", convocada pelo Conselho Mundial de Igrejas. Não é, certamente, por meio de uma consulta que se pode responder à tre-



menda ameaça que paira sobre um mundo que, em 1985, chegou a investir mais de um trilhão de dólares em produção e comércio de armas. A resposta que se exige é muito mais que uma consulta. Contudo, para mobilizar a opinião pública a fim de que esta possa tomar coragem para enfrentar os grandes poderes de morte, é necessário — entre outras coisas — que os cristãos se encontrem, que dialoguem, que possam chegar a alguns pontos de acordo mínimo para, assim, lutar contra os fantasmas de morte que se projetam sobre as nossas sociedades. É apenas um começo, mas um começo promissor. Principalmente porque convoca as igrejas do mundo todo a unirem esforços em favor das causas que são profundamente evangélicas: a justiça aos pobres, a liberdade aos oprimidos, em suma, o testemunho do “ano agradável do Senhor”. Ou seja, o programa de Jesus ao começar seu ministério, segundo o testemunho de São Lucas (cf. 4,17-21).

O segundo elemento a ser mencionado é o impressionante interesse suscitado pelo programa do Conselho Mundial de Igrejas com vistas à obtenção de certa concordância a respeito do Batismo, da Eucaristia e do Ministério ordenado das igrejas. A quantidade de respostas recebidas pelos responsáveis por este estudo, a seriedade delas, o fato de que a discussão em torno destes temas já transcende a esfera dos especialistas e chega, inclusive, a animar alguns círculos leigos, evidenciam que o diálogo ecumênico ultrapassa os seus limites tradicionais. Isso é bom. Por muito tempo o movimento ecumênico teve consciência de estar limitado a grupos especializados dentro das igrejas. A transcendência que este estudo vem alcançando demonstra que é possível ir mais além daquelas que se ocupam de

certos assuntos em virtude de suas exigências profissionais. Entretanto, talvez seja necessário ver neste entusiasmo em torno destes problemas que a preocupação ecumênica, em relação a estas difíceis questões doutrinárias, não faz senão seguir outras experiências de unidade que, de um modo ou de outro, envolveram o povo das igrejas. É mais uma demonstração de que, como diz a teologia da libertação, a reflexão teológica é “um ato segundo” (Gustavo Gutiérrez); ou seja, se o povo começa a interessar-se por estes problemas, e se o faz com espírito ecumênico, é porque anteriormente esteve envolvido em outras situações em que se sentiu unido. É natural, então, que procure dar significação a isso por meio de uma reflexão acerca dos símbolos fundamentais da fé cristã: batismo, eucaristia e ministério ordenado das igrejas.

É claro que ainda falta muito para andar. Mas, tal como nos leva a pensar o poeta, é andando para a frente que se percebe o caminho que ficou para trás. O estudo sobre Batismo, Eucaristia e Ministério (BEM, como é denominado abreviadamente) não significa um acerto total. Pelo contrário. Contudo, a nave começou a navegar. Era hora. E isto é um avanço.

A lista de progressos poderia ser mais longa. Não há espaço para comentar sequer todos aqueles que se contam entre os mais importantes. Entretanto, antes de passar a outro assunto é bom recordar a celebração ecumênica pela paz, convocada por João Paulo 2º, em Assis, Itália, com a presença dos mais altos dirigentes das igrejas cristãs e de outras religiões que também têm vocação universal. Até agora esse é um fato único na história. É um modo de responder ao desafio pela paz, tão premente

em nosso tempo. Ali se encontravam, unidos na oração, representantes das grandes correntes espirituais que existem em nossa humanidade. Ali não se discutiu, como em Reykjavik, sem nenhum êxito, o desarmamento parcial ou total. Ali se orou pela paz. Ato simples, humilde, mas profundo. Porque a oração acontece quando os argumentos já não têm muita utilidade. Ali também, ao nível internacional e interconfessional, se produziu um sinal de unidade. Por conseguinte, sinal de avanço também.

E os sinais negativos?

Claro que existiram! Houve o bombardeio à Líbia; continuaram os ataques à Nicarágua; foram perseguidos e até assassinados aqueles que lutaram e lutam pela reforma agrária no Brasil; a ditadura de Pinochet continua sacrificando vidas inocentes; há guerra no Líbano e continua a insensatez do conflito entre Irã e Iraque... O Afeganistão permanece sob a intervenção das tropas soviéticas... Poderíamos continuar com a lista. Pois bem, esses sinais negativos que certamente freiam o peregrinar do movimento ecumênico não significam retrocessos. São desafios que convocam o povo a seguir em frente. Lutando pela paz no mundo inteiro, contra o *apartheid* na África do Sul, pela terra para os camponeses. Do testemunho do povo que tem fé, da perseverança na luta pela justiça, depende que também em 1987 possamos fazer este balanço contando algumas coisas em favor da unidade do povo de Deus.

Julio de Santa Ana, teólogo metodista uruguaio, é secretário geral do Cesep e colaborador do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 60,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 85 Europa, África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

Justiça, paz e integridade da Criação

O contexto global visto da perspectiva do hemisfério sul

O Conselho Mundial de Igrejas, a partir da Assembléia de Vancouver, deu início a uma articulação entre suas Igrejas-membro com o intuito de criação de um pacto à favor da justiça, paz e integridade da criação, como uma expressão de contribuição das Igrejas na busca de caminhos para a crise que assola o mundo neste final de século.

O objetivo principal deste programa espe-

cial do CMI é a preparação de uma Conferência Internacional das Igrejas (incluindo-se aí a Igreja Católica) a ser realizada em 1991, junto com a próxima Assembléia, para definir uma posição da Igreja frente aos problemas da injustiça, da ameaça de conflagração nuclear e os desafios à sobrevivência da humanidade, face ao processo em curso de sistemática destruição da natureza.

O texto que publicamos a seguir foi apresentado na 1ª conferência preparatória, realizada em Lion, na Suíça, entre os dias 7 e 15 de novembro. Sua intenção foi apresentar uma perspectiva da situação mundial a partir das experiências vividas pelos povos do hemisfério sul.

Zwinglio Mota Dias

Embora o mundo tenha se tornado uma aldeia global, na expressão de conhecido ideólogo da comunicação, torna-se imperativo marcar as diferenças profundas que nos caracterizam como povos e sociedades.

Esta é uma das mais importantes condições para um diálogo sério e proveitoso que, aliás, quase sempre não é levada em consideração pela ideologia dominante que subjaz aos meios de comunicação.

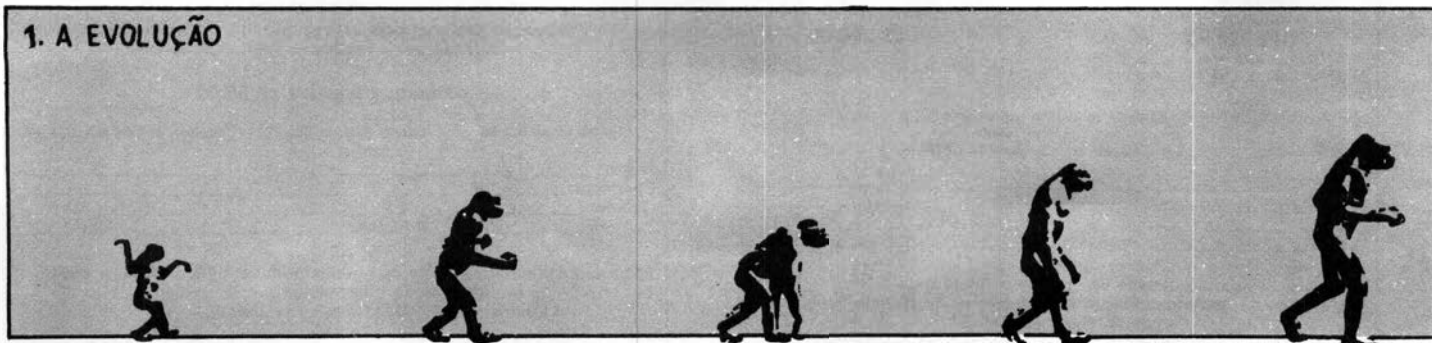
Quero referir-me neste momento, nem tan-

to às desequilibradas, injustas e ignominiosas relações entre os dois hemisférios, norte e sul, mas, sim, ressaltar o fato de que mesmo entre aqueles que vivem no Terceiro Mundo existem diferenças notáveis que não podem ser nem esquecidas nem subestimadas, mesmo que as causas que produzem nosso sofrimento coletivo, como a exploração econômica, a sujeição política a colonização ideológica e a devastação ecológica, dirigidas pelos centros de poder do hemisfério norte, sejam as mesmas! Ignorar as diferenças entre os povos sofredores da América Latina, da África e da Ásia significa desrespeitá-

los em sua criatividade, seu gênio, suas culturas próprias, suas experiências de Deus, suas relações próprias, suas formas de relação com a natureza, seus caminhos próprios para construir sua libertação e se autoafirmarem como pessoas. Significa desconhecer sua contribuição específica à construção da história humana.

Venho deste pobre mundo rico, de tão múltiplas tradições e realizações em tantas áreas da experiência humana e, como tal, tentarei expressar aspectos de nossa visão da problemática global a partir da situação de sofrimento que nos é comum.

1. A EVOLUÇÃO



Venho do Brasil e neste país um poeta dizia que “ninguém pode ser universal fora do seu quintal”. A Europa com seus filósofos, poetas, pensadores, cientistas e artistas historicamente sempre falou em nome de todos os povos. As “verdades” descobertas/produzidas pela civilização ocidental sempre foram consideradas/apresentadas como universais, e quase sempre como “melhores” que as produções/descobertas da maioria dos outros povos, e a eles foram impostas. Não pretendo seguir o mesmo modelo falando desde minha situação e universalizando-a para o Terceiro Mundo. Por isso mesmo me ateei àqueles aspectos que nos são comuns e tendo como referência primeira minha situação de latino-americano. Assim, a contribuição que possa trazer aqui leva as marcas de meus limites pessoais, tanto geográficos como culturais. É portanto localizável e datada. Precária e pobre, como precária e pobre é a vida dos povos do hemisfério sul. Nesta parte do mundo, que é a maior parte, conhecemos pouco ou quase nada, porque a informação é controlada por outros. Na América Latina podemos saber o que ocorre todos os dias no hemisfério norte, mas pouco, ou nada, do que sucede nos países vizinhos, e nem falar, então, dos outros continentes irmãos que sofrem o mesmo infortúnio! Isto posto vamos ao nosso tema!

Os países do Primeiro Mundo falam de paz enquanto se preparam para a guerra com o mundo socialista e, ao mesmo tempo, desenvolvem uma guerra, nem sempre silenciosa, contra os povos do sul com as armas não-convencionais das leis do comércio internacional, da ocupação econômica de nossos territórios e do controle ideológico dos corações e mentes de nossos cidadãos. Como pensar e agir em favor da paz em meio à injustiça que nos degrada como seres humanos? As intenções de paz do pacífico e indefeso cordeiro serão as mesmas do lobo feroz? Atenderá este àquele? Poderá haver paz, que não seja a paz dos cemitérios, em meio às relações injustas de subjugação e exploração mortífera?

Por outro lado, aqui estamos nós representando diferentes igrejas de diferentes hemisférios. Mas, antes de tudo, representantes de famílias confessionais comprometidas com a *Pax Christi*. Nossa tarefa não é fácil e nossa responsabilidade muito grande: lutarmos juntos pelo restabelecimento da justiça que funda a paz e assim cumprir o mandato que Deus nos destinou em Cristo. Esta tarefa é difícil e a responsabilidade é grande porque nossas Igrejas, confessemos, muitas vezes estão fechadas ao sopro do Espírito e vivem marcadas pela contradição entre o compromisso com o Evangelho e os condicionamentos sócio-culturais, econômicos e políticos que lhes marcam nas sociedades onde vivem, os quais, muitas vezes, anulam aquele compromisso, fazendo-nos batizar com o nome de Cristo ordens, normas e valores que mais pertencem ao reino do Anti-Cristo!

A paz é hoje um imperativo de sobrevivência para a humanidade. Mas ela só pode emergir como fruto da justiça nas relações entre os homens. Nosso compromisso com o Crucificado e Ressurreto nos convida a sonhar com a paz do Reino, aqui e agora, e nos desafia a plantar sinais de uma vida pacífica ao longo dos caminhos da história, em meio a luta pelo restabelecimento de relações justas entre os homens e suas instituições.

É a partir desta perspectiva que a mensagem bíblica nos oferece e que, até certo ponto, é muito simples, por ser muito concreta, que desejo tecer algumas considerações a respeito do que entendo ser a visão de meus irmãos do sul, com todas as limitações que me são próprias, acerca da situação global e das perspectivas que podemos vislumbrar para uma ação concertada das Igrejas em favor da paz, da justiça e da preservação do planeta.

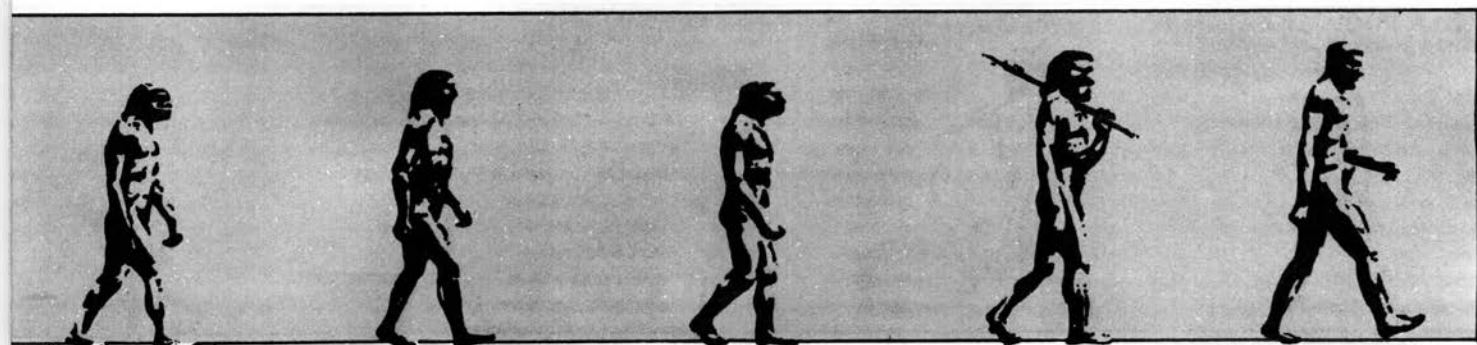
O mundo visto do lugar do pobre

“Graças te dou ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e

entendidos, e as revelastes aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Lc 10,21).

O conhecido teólogo brasileiro Leonardo Boff costuma repetir um lugar comum nem sempre completamente entendido: um ponto de vista, é a vista ou visão obtida desde um determinado ponto de observação. Simples constatação, não? Entretanto, que importante e significativa é esta expressão! Quase sempre observamos o mundo e as coisas e emitimos nossos “pontos-de-vista” sem atentar para o ponto, o lugar, a partir do qual estamos vendo ou falando. E esse lugar não é apenas geográfico, mas político, ideológico, social, cultural, etc. Dependendo do lugar que ocupemos vamos ter visões diferentes do objetivo que olhamos. Falar da situação mundial do ponto de vista de alguém que pertence ao hemisfério sul significa falar da visão que se tem do mundo, dos homens e suas múltiplas relações a partir do lugar ocupado pelos pobres, por aqueles que produzem com seu sangue a riqueza do mundo, lugar ocupado pelos preferidos de Deus (sejam eles cristãos ou não), por aqueles que constituem a maioria dos homens e mulheres que habitam nosso planeta.

Não é segredo para ninguém que o mundo hoje está sob o controle, ou pretendo controle, de um pequeno grupo de países do hemisfério norte. Também não é segredo para ninguém que o mundo socialista é obrigado a viver de acordo com a lógica política imposta por esses países, a qual os mantém numa atitude de permanente defesa que gera enormes distorções internas e impede seu pleno desenvolvimento. A posição privilegiada desses países, herdeiros dos processos históricos que deram origem a civilização ocidental, fez com que impusessem sobre a maioria dos povos sua visão do mundo e seus valores, plasmando uma perspectiva da realidade do homem e da natureza que não deu lugar às visões próprias desses povos e suas culturas, que a partir do século XVI foram sucessivamente sendo submetidos pela for-



ça das armas e do comércio do chamado mundo ocidental.

Falar a partir do lugar dos pobres deste mundo é, pois, falar a partir daqueles que vivem na periferia desse mundo ocidental, daqueles que vivem nas sombras da história oficial desse mundo, escrita e difundida pelos seus centros de poder político, ideológico e cultural. Ainda que possamos identificar áreas menos afluentes e mesmo de pobreza em alguns países do hemisfério norte e, por outro lado, ilhas de prosperidade em países do hemisfério sul, fica evidente que, em termos globais o lugar dos pobres hoje é o hemisfério sul, o chamado Terceiro Mundo. E o que é que vemos a partir do Terceiro Mundo?

a) Um enorme crescimento demográfico

Os estudos demográficos assinalam que ainda neste século a humanidade passará de 3,6 bilhões de habitantes para 6 bilhões. E este crescimento se dará fundamentalmente no Terceiro Mundo. Assim, antes do ano 2000, 4 de cada 5 habitantes do planeta viverão no Terceiro Mundo. Isto significa que o crescimento populacional se dá entre os pobres. E as consequências disto já se mostram em toda a sua crueldade. A escassez de alimentos em certas áreas já é uma realidade cotidiana para milhões de pessoas e a fome já se nos apresenta como tão perigosa para a paz como a corrida armamentista. Atualmente há 500 milhões de pessoas que padecem fome vivendo em pobreza extrema e esse número, segundo os cálculos demográficos, se elevará para 1,3 bilhão no final do século.

Um autor do Terceiro Mundo assinala que a metade da população economicamente ativa do Terceiro Mundo está atualmente desempregada ou subempregada. "Em nosso mundo", diz ele, "perder o emprego significa quase perder a vida". "Este quadro de morte e destruição se tornaria ainda mais visível se apresentássemos os indicadores das condições relativas à saúde, moradia, ener-

gia vital, o acesso a água potável, a destruição ecológica, etc. A este genocídio ativo contra os pobres do mundo se agrega o genocídio acumulativo da carreira armamentista. Atualmente se gasta mais de 1 milhão de dólares por minuto em armamentos e se impõe ao Terceiro Mundo uma indústria e um comércio de armas irracional e criminoso. Tudo isto nos leva a pensar sobre a contradição entre Sul e Norte como uma real contradição entre a Vida e a Morte." (Pablo Richard - *Teologia de la Solidariedad*, in *Pasos*, n.º 1, San Jose, Costa Rica - 1985)

b) A transnacionalização das economias e a dívida externa

A raiz dos problemas que transformam a vida no hemisfério Sul nesta tragédia permanente em busca da simples sobrevivência física está, em grande parte, nas relações comerciais impostas a seus povos a partir da expansão colonial do hemisfério norte. Tomando o caso específico da América Latina, o qual se reproduz com outras variáveis na África e na Ásia, constatamos que, hoje, vivemos um processo acelerado de internacionalização do mercado com a consequente subjugação das economias periféricas do Terceiro Mundo aos interesses do capital internacional concentrado no hemisfério norte. Isto é, as empresas gigantes do capitalismo mundial e seus conglomerados financeiros detêm o controle das economias dos países do Terceiro Mundo, cujos governos não dispõem de condições mínimas para se impor a elas.

Na verdade são os grupos do capital transnacional que têm levado, através de medidas e formas de atuação próprias, os governos desses países a adotar políticas econômicas que, pouco a pouco, os foram conduzindo a uma situação de pobreza crescente e, sobretudo, a um endividamento externo que, hoje, chega a hipotecar o futuro de seus povos por várias gerações. A este respeito escreve um autor latino-americano: "A dívida externa latino-americana, tal como definida

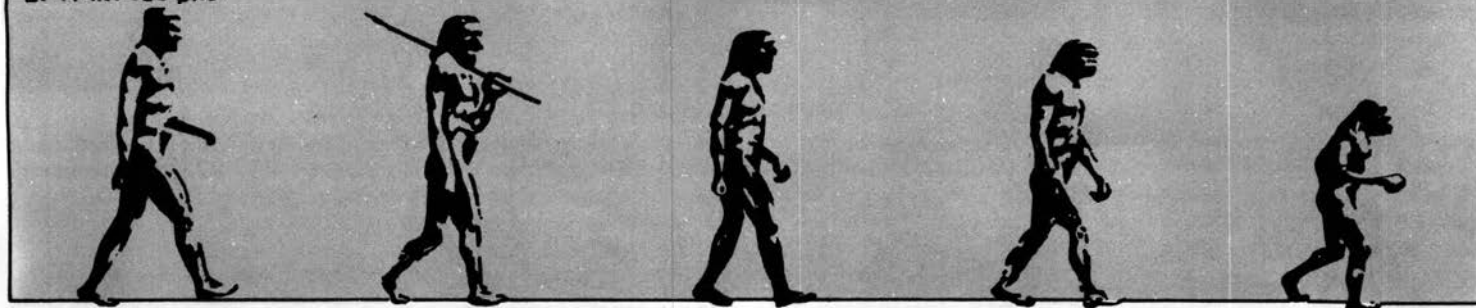
atualmente, não pode ser paga. Entretanto, através de negociações diversas se continuam pagando os juros e serviços gerados pela mesma. Mas quem são os que pagam? Fundamentalmente aqueles que não têm grandes possibilidades de vida. Respondendo afirmativamente às exigências do pagamento dos serviços da dívida, os governos latino-americanos impõem salários de fome aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que restringem importações de manufaturas e tecnologias necessárias para criar melhores condições de vida para o povo pobre. O resultado de tudo isso é uma diminuição real das oportunidades de vida para os setores menos favorecidos, que se traduz numa constante insatisfação das necessidades básicas para a vida" (J. Santana - *Costo Social y Sacrificio a los ídolos*, in *Pasos*, San Jose, Costa Rica, 1986). Um exemplo concreto dessa situação nos apresenta o Brasil que detém a maior dívida externa do Terceiro Mundo, numa cifra que ascende a mais de 100 bilhões de dólares. Isto significa que cada brasileiro que nasce hoje, já nasce devendo ao redor de 1 mil dólares!

Esta presença avassaladora dos grupos econômicos do Norte, no centro mesmo das economias dos países pobres, tem consequências políticas catastróficas para seus povos, como perda da soberania nacional, eliminação do direito de auto-determinação, sujeição a controles externos de todo tipo, impossibilidade de elaboração de políticas econômicas a partir de uma lógica de atenção aos problemas e necessidades das maiorias de suas populações.

c) Os pobres perdem suas terras

Esta incorporação das economias periféricas no grande mercado internacionalizado e controlado pelos países ricos do hemisfério norte, por sua vez, reforça e/ou impõe, as estruturas internas de dominação nos países periféricos agravando a má distribuição da riqueza nacional e dos meios para a sua produção. Nos três grandes continentes do

2. A INVOLUÇÃO



Sul, o acesso dos pobres às suas próprias terras cada vez se torna mais difícil. E a luta dos pobres para sua conquista parece que vai caracterizar os conflitos sociais neste final de século. Observa-se por todo o Terceiro Mundo uma progressiva concentração da propriedade da terra nas mãos de um grupo cada vez menor de grandes proprietários e companhias internacionais que estão investindo maciçamente na agro-indústria, expulsando os camponeses do campo e aumentando, de forma assustadora, o número de trabalhadores rurais desempregados que se dirigem para as cidades em busca de possibilidades de sobrevivência. Este fator está provocando uma urbanização acelerada em todo o Terceiro Mundo de forma desordenada e sem planejamento. Calcula-se que se o ritmo de migração interna dos países latino-americanos continuar como está, para o final do século, 75% da população do continente estará vivendo nas cidades, agravando ainda mais os terríveis problemas hoje já existentes. Alguns poucos exemplos nos darão uma perspectiva do problema do êxodo rural gerado pela concentração da terra nas mãos de uns poucos. No México, o número de camponeses sem terra aumentou 10 vezes mais do que era em 1950, de tal modo que hoje há mais de 14 milhões — ou seja, metade da população rural — que não possuem terra. Em Honduras, 66% dos camponeses que possuem terra possuem apenas de 2 a 3 hectares e 85% de todos os camponeses não têm terras.

No Brasil, 40% dos camponeses não possuem terra em absoluto. Metade dos proprietários de pequenas granjas ocupam apenas 3% das terras cultiváveis e estas propriedades são menores de 10 hectares. No final da década de 70, somente 141 propriedades possuíam 30,6 milhões de hectares, ou seja, 10% das terras cultiváveis do país. No Nordeste do país, os pequenos proprietários representam cerca de 80% do trabalho agrícola, mas ocupam apenas 20% das terras. Finalmente as grandes propriedades, que são apenas 1.5% do total das mesmas, controlam 35% das terras. Esta situação se repete hoje com

as mesmas características trágicas para os pobres trabalhadores rurais na África e na Ásia. Em Bangladesh, 75% dos trabalhadores agrícolas não dispõem de terras. Na Índia, esse índice é de 53%. Em Java-Indonésia, o número de camponeses sem terra ascende a 85% e nas Filipinas a 78% de toda a força de trabalho do campo.

O colonialismo, em formas disfarçadas ou através de prepostos nacionais, continua explorando as terras africanas, na maioria de seus novos Estados, por meio da exploração de produtos primários para a exportação e através da extração mineral. A África do Sul, por meio do *apartheid*, obriga a população negra a sair de suas terras e a concentrar-se em territórios segregados — os *homelands* — transformando, assim, em recursos disponíveis para os brancos as terras ricas, e criando um grande contingente de mão-de-obra barata. Nos últimos 20 anos, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram expulsas de suas terras e recolocadas nas áreas de segregação. (Roy H. May — *Los pobres de la tierra*, DEI, San Jose, Costa Rica, 1986, p. 127s)

d) O militarismo cresce

Outro fator característico do lugar dos pobres neste mundo, que também é reflexo das visões e políticas geradas pelos interesses dos países centrais do mercado internacionalizado, é a ascendência do estamento militar em forma direta aos centros de decisão política e econômica dos países do Terceiro Mundo. A ideologia do mercado criou necessidades de defesa dos poderes adquiridos, terminando por reconhecer na produção bélica uma forma para assegurar o progresso tecnológico, garantir o mercado e fomentar a industrialização.

Seu crescimento e a multiplicação de suas áreas de atuação levou à elaboração de uma ideologia militarista, que entende o estamento militar como vocacionado a dirigir direta, ou indiretamente, a vida das sociedades através da ideologia da segurança nacional

que não produziu outra coisa senão a subjugação dos interesses das grandes maiorias aos interesses dos projetos de denominação. A presença dos militares na direção da política conduziu, por sua vez, a uma militarização progressiva da vida social vista e considerada através dos métodos rígidos da hierarquização militar, criando a mística da lei e da ordem, sacralizando decisões dos grupos de “comando” da sociedade, impedindo o desencadeamento das forças criativas das grandes maiorias, congelando e imobilizando as estruturas sociais.

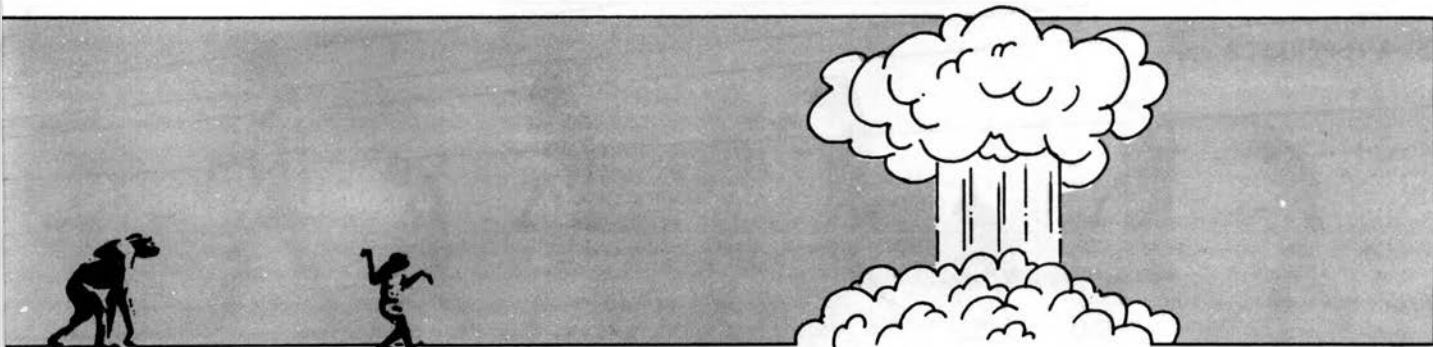
Este fenômeno deu-se, e continua dando-se, com frequência nos países periféricos nos últimos 30 anos e é responsável pelo aumento das taxas de empobrecimento em todos esses países, além de conduzir a uma prática desenfreada de violações contundentes dos direitos humanos mais elementares, e acentuar, cada vez mais, a dependência e sujeição às políticas dos países afluentes.

A expansão do uso das tecnologias nucleares em diversos setores do Terceiro Mundo, sem dúvida nenhuma, foi promovida pelos estamentos militares interessados na modernização de seus arsenais com a possibilidade da produção “em casa” de armas nucleares.

e) A destruição da natureza

As consequências diretas dessas formas de intervenção sobre a realidade humana, sócio-econômica, política, cultural e física não podiam ser outras que a destruição em escala massiva também dos próprios recursos ambientais. A lógica do controle do mercado a qualquer preço implica na destruição das pessoas e de seu habitat, na medida em que podem ser transformadas em mercadorias para a produção de mais-valia.

A problemática ecológica que hoje ameaça todo o planeta se origina na visão político-econômica que se impôs sobre a humanidade a partir da concentração do poder e na



defesa de sua manutenção nas mãos de uns poucos grupos. Em nome do progresso e da ciência, em honra ao todo poderoso deus do mercado, um faminto irracional de lucro, erigiu-se a prepotência em virtude e a força como meio legítimo para a satisfação dos interesses dos mais poderosos.

A forma irracional com que os interesses do capital exploram os recursos naturais tem desencadeado na natureza processos desestabilizadores que põem em perigo o equilíbrio ecológico ao produzir alterações ambientais que afetam a produção de alimentos, a utilização das florestas e dos rios, assim como a saúde humana e a preservação da fauna, entre outros. Coincidentemente, os mais afetados são os países do Terceiro Mundo. A destruição sistemática dos rios e das florestas em nossos continentes está assumindo proporções catastróficas. Cerca de 10 a 30 hectares de florestas estão sendo destruídas a cada minuto no Terceiro Mundo e todas elas desaparecerão num período aproximado de 40 anos. Os estudiosos calculam que dentro de 14 anos, ou seja, no ano 2000, a superfície dos bosques se reduzirá em 40% nos países do Sul, enquanto que esta redução será de apenas 0,5% nos países do Norte.

f) A destruição vem do Norte

Deste lugar privilegiado, lugar dos pobres, lugar de Deus, de onde se pode vislumbrar os desatinos da condição humana na sua expressão mais absoluta, não temos outra alternativa que assinalar e sublinhar que a contradição fundamental de nossos dias se dá, em todos os níveis da experiência social, entre os dois hemisférios. Durante décadas os centros de poder localizados no Norte desfraldaram uma bandeira de luta que opunha o Oeste contra o Leste. Os países socialistas eram, e continuam sendo, apresentados no Oeste como os inimigos da humanidade, os responsáveis por todos os males que fazem os povos padecer. É evidente que esta contradição vertical existe. A contradição entre países de orientação capitalista e os países de

orientação socialista. Mas não nos deixemos enganar. Trata-se de uma contradição menor, subordinada, que tem sido sistematicamente manipulada para encobrir a contradição fundamental, que é a contradição horizontal entre o Norte rico e explorador e o Sul pobre e explorado pelo Norte. Esta manipulação tem por objetivo impedir a tomada de consciência e o esforço comum dos povos do Terceiro Mundo em prol de sua unidade para uma efetiva libertação e reordenamento da vida dos povos sobre bases realmente humanas de convivência.

Hoje cresce a convicção entre os pobres da Ásia, África e da América Latina de que se faz necessário aproveitar o melhor que tanto o Leste como o Oeste nos podem oferecer, e isto em função dos mais altos interesses da espécie humana, que só os pobres podem perceber e conduzir. Neste sentido é importante que os pobres nesses continentes, cristãos ou não, não se deixem manipular em áreas do conflito Oeste e Leste. É preciso que se quebre essa contradição em função da contradição maior que é a que se dá entre Sul e Norte. Como assinala Pablo Richard: "Esta é a dimensão teórica sem a qual a solidariedade se transforma e se relativiza num ativismo paternalista e sentimental, que funciona para qualquer lado e de qualquer maneira".

A opção pelos pobres — critério para a construção do Reino de Deus

O que tratamos de assinalar até aqui nos mostra que o lugar dos pobres neste mundo rico e injusto, cuja ciência e tecnologia estão mais voltadas para a destruição e a morte do que para a promoção da vida, é um lugar de desolação e sofrimento que parece estar sob a ação concertada e devastadora dos quatro cavaleiros da destruição de que nos fala o autor do Apocalipse. É nesta situação que vivem quase três quartos dos homens e mulheres do planeta. E o clamor desse povo, objeto da compaixão de Deus, é por justiça. Por que a justiça é condição precípua,

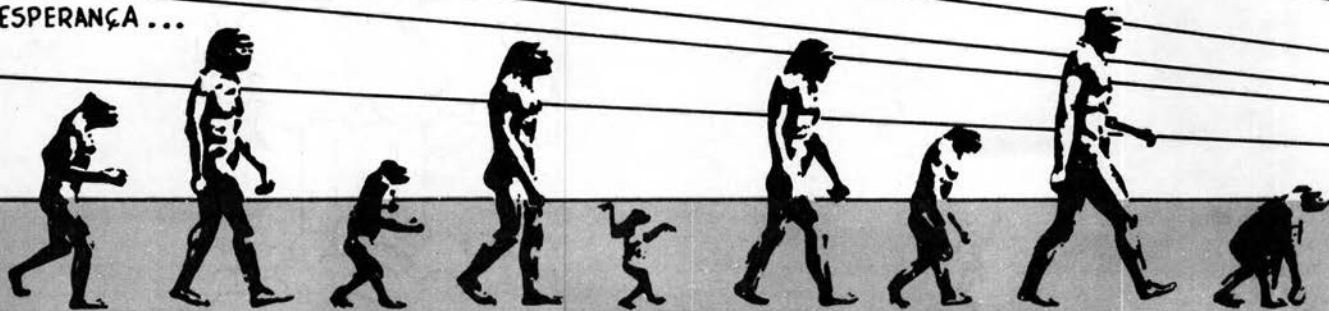
o fator fundante de uma paz real e duradoura. Nas condições atuais uma opção pelos pobres significa, a nível global, a opção pelo Terceiro Mundo. E esta opção implica em tomar partido numa luta difícil e dolorosa para a criação e manutenção de ordens e relações justas entre os homens e suas instituições para que a paz possa aflorar.

Como depositárias da tradição bíblica e continuadoras da tradição apostólica, as Igrejas estão sendo desafiadas a entrar nessa luta assumindo corajosamente os riscos de uma opção radical pela vida, que foi, e continua sendo, a opção de Cristo e que se traduz numa opção decidida pelos pobres contra os projetos de destruição total que ameaçam o planeta.

Esta ameaça, simbolizada pelo Armagedom nuclear, no entanto, já é uma realidade na destruição pela fome, pelas condições sub-humanas de vida a que estão condenados os povos do Terceiro Mundo. Basta observar que os pobres hoje estão morrendo como moscas e isto não põe em risco e nem afeta os chamados processos de desenvolvimento postos em marcha e dirigidos à partir do mundo rico e poderoso. Com os fantásticos avanços tecnológicos os pobres estão sendo substituídos por máquinas cada vez mais sofisticadas, não lhes restando, portanto, nem mais a sua antiga função de mão-de-obra barata. Em alguns casos, o seu desaparecimento é até dirigido conscientemente, pois ele interessa a determinados projetos de ordem político-econômica. Certas práticas de controle da natalidade do Terceiro Mundo são exemplos infosismáveis disso.

A reversão deste processo de morte se impõe como uma condição básica para a sobrevivência da humanidade. É preciso dar um basta à barbárie. E isto só será possível na medida em que as Igrejas e as forças conscientes e solidárias com os pobres do mundo se dêem as mãos para afirmarem e garantirem a existência dos pobres, deixando de aceitar passivamente sua morte em escala massiva, e lutarem junto com eles pela reor-

3. A ESPERANÇA ...



ganização global da sociedade humana de modo a assegurar a vida para todos.

Como Igrejas precisamos começar a trabalhar e a refletir em termos de uma lógica diferente daquela imposta pela cultura do Ocidente, que acabou determinando até o nosso pensar teológico. Refiro-me à necessidade que temos de abandonar a perspectiva individualista e elitista da vida e da sociedade. É preciso que comecemos a pensar em termos da lógica das maiorias. E como as maiorias são pobres, estamos sendo convidados a pensar com a lógica das maiorias pobres. Nossas idéias e sentimentos a respeito da justiça e da paz têm que ser enquadrados em termos dos interesses das grandes maiorias do planeta que nada têm, nem mesmo a oportunidade de existirem. Nesta linha de reflexão sou levado a pensar que a justiça e a paz só poderão tornar-se realidade em nosso mundo quando os interesses das grandes maiorias forem respeitados, e isto significa, então, que temos de lutar pela implantação de uma *iusticia pauperum* (justiça dos pobres), que tem como corolário a *pax pauperum* (a paz dos pobres), que, é a meu ver, a verdadeira *pax evangélica*, segundo nos deixa perceber o testemunho bíblico.

Sómente partindo de uma lógica de vida, que assegure a sobrevivência do Terceiro Mundo em condições dignas e humanas é que poderemos afetar seriamente as condições atuais de um mundo regido pelos poderes da morte. Assumir, pois, a *iusticia pauperum* implica em assumir a tragédia do Terceiro Mundo, mas também o seu gênio criativo, seus valores, sua capacidade de sofrer e suas propostas para a destruição da miséria em todos os seus aspectos. Observa-se, hoje, em todos os continentes, um grande esforço de organização e participação dos pobres para superação de sua situação. A chamada Igreja popular é uma realidade da América Latina à Ásia. As lutas dos camponeses sem terra cresce em todos os continentes, em que pesem todos os mecanismos de repressão criados e aperfeiçoados para impedi-las. Do mesmo modo, observamos uma nova consciência a despontar entre os

povos do Primeiro Mundo, que começam a descobrir as raízes da tragédia com que nos defrontamos e a dizer não aos projetos de destruição em nome do lucro.

Tudo isto nos leva ao convencimento de que o imperativo do momento histórico que atravessamos impõe às Igrejas cristãs um rompimento decisivo com o papel que lhes foi atribuído de legitimadoras e representantes dos valores do chamado mundo ocidental, para poderem se assumir como expressão da força espiritual dos pobres na defesa da vida contra as forças da morte, incrustadas no interior dos países ricos.

Esta perspectiva, se assumida com todo o radicalismo que lhe é própria, conduzirá as Igrejas a uma clara e definida postura contra os interesses dos grupos dominantes e as transformará em questionadoras de toda a organização econômica, financeira e teológica imposta e mantida pelos centros de poder. Porque a opção pelos pobres na linha do ministério de Jesus não deixa espaço para atitudes de compromissos ou atitudes de meio termo. O chamado para a vida, com que o Evangelho nos acena, é um chamado radical que exige nossa total devoção e disciplina para trilhar um caminho escuro e cheio de cruzes, como condição para atingirmos a aurora da ressurreição.

Conclusão

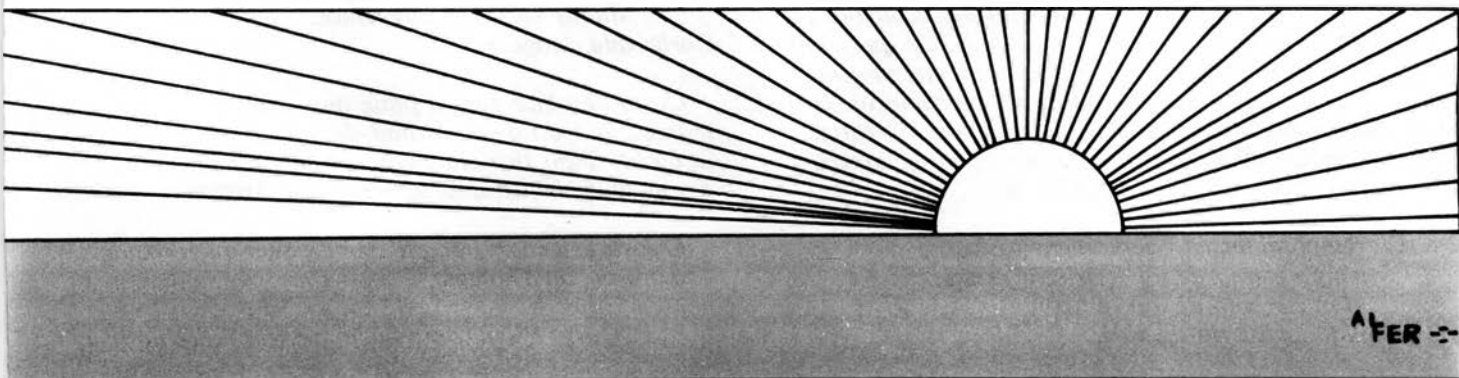
Estamos no meio do caminho de um processo iniciado em Vancouver, enquanto participantes da comunidade reunida pelo Conselho Mundial de Igrejas. A preocupação "pela justiça, pela paz e a integridade da criação", entretanto, já vem de longe do trabalho do Conselho e também nos esforços da Igreja Católica Romana. Face ao agravamento da situação mundial, as tarefas que temos por assumir ganham um caráter de urgência e exigem maior aprofundamento e, em muitos casos, atitudes mais decisivas. Da disposição de nossas Igrejas, em assumir os destinos do mundo em nome do Senhor da história e em

consonância com seu mandato, vai depender, em grande parte, sua credibilidade diante de Deus e dos homens. Os passos a serem dados serão difíceis e parecerão mesmo impossíveis. Mas o cristão é aquele que vive aprisionado nesta contradição que, por um lado, o expõe aos poderes deste mundo como louco e temerário e, por outro, o torna reticente para assumir as tarefas que lhe são exigidas devido às lealdades nacionais, culturais, de classes etc., a que está submetido como ser humano. Mas Deus o salva ao atraí-lo com a utopia do reino de justiça e paz e o seu Espírito o empurra para o trabalho que tem de ser feito, trabalho testemunhal, alimentando sua fé e robustecendo sua esperança. Este é o testemunho que nos dão as Escrituras e esta é a lição de Jesus.

O desafio para todos nós, Igrejas do hemisfério norte e do hemisfério sul é o de uma nova *metanoia*, uma reorientação de nosso caminho em direção ao Deus presente entre os pobres. Tal conversão poderá custar muito caro às Igrejas e pode até parecer que se trata de uma proposta absolutamente inviável. No entanto, do Sul esta é a alternativa que vislumbramos para que as Igrejas recuperem seu papel profético e se tornem realmente expressão do Reino - que - está - vindo à partir da "habitação" de Deus entre os pobres da Palestina na pessoa de Jesus Cristo.

Assim, estamos convencidos que a opção pelos pobres, pelo Terceiro Mundo é a continuidade da opção de Iaweh, de Jesus Cristo, hoje. A justiça divina não se esgota, mas começa a realizar-se a partir da operacionalização da *iusticia pauperum*. O ministério de Jesus não foi outra coisa que a demonstração deste Caminho, do único Caminho possível para que a justiça e a paz se tornem realidade entre os homens e a natureza recupere sua condição de bênção para toda a humanidade.

Zwinglio Mota Dias é pastor da Igreja Prebiteriana Unida e secretário geral do CEDI.



Rubem Alves

Amaromar

Gosto de me assentar à praia para ouvir o mar.

Fico ali, tomado pelo mistério azul.

Ele entra pelos meus olhos, meus ouvidos, meu nariz, minha língua, minha pele. Sinto-me tranqüilamente possuído. E meus pensamentos agitados se acalmam. Existe uma sabedoria na voz do mar. Ela tem o poder de colocar as coisas nos seus devidos lugares:

“Para que correr tanto?

Atrás do vento?

Indo para onde?

Daqui a mil anos sua agitação já não mais será, esquecida e desaparecida com as espumas das ondas.

Mas eu continuarei aqui,

neste mesmo lugar,

com meu eterno brinquedo,

sem pressa...”

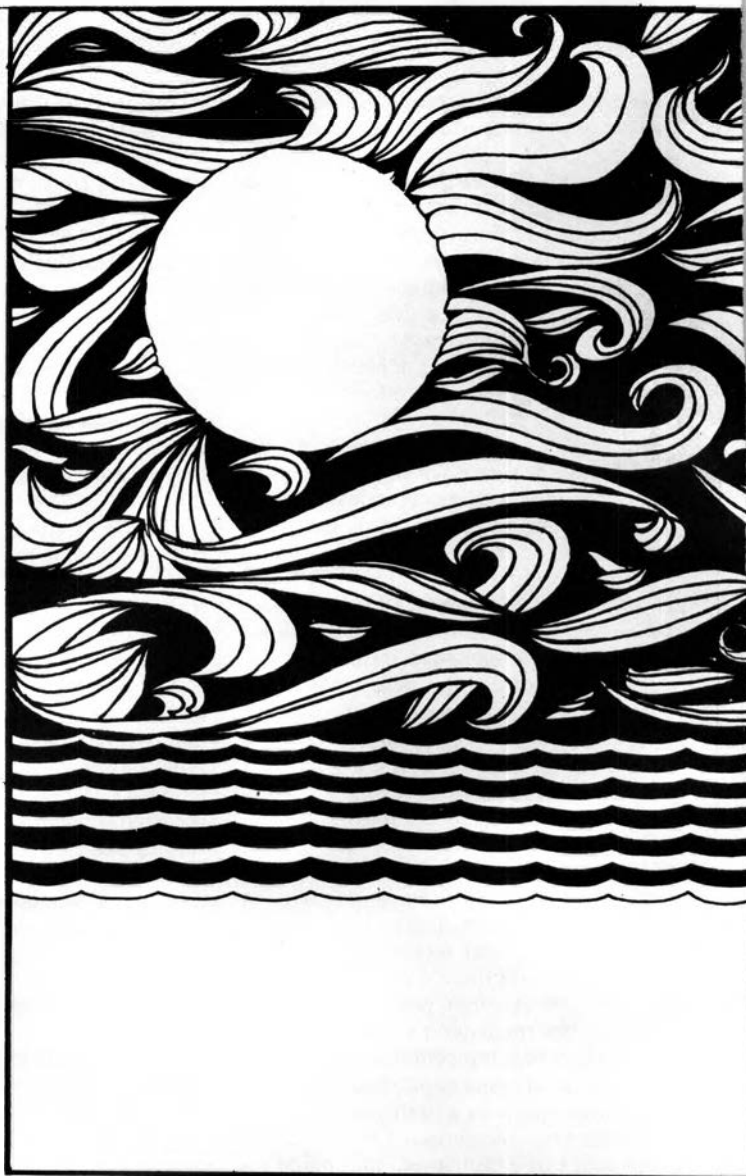
Há um lugar em que ele se arrebenta, imponente e pirotécnico, sobre os rochedos (que um dia serão areia). Assentado ali, invadido por pensamentos de fim de mundo, apocalipses nucleares e devastações ecológicas, o mar me acalmava, dizendo que mesmo depois que tudo tivesse sido destruído, ele ainda estaria lá, eternamente fiel a si mesmo, para a gestação de novos começos. Um dia, quem sabe, a vida voltaria, o milagre se repetiria... Isto me enchia de alegria. É bom pensar no recomeço da vida, mesmo que não estejamos lá.

Tempo apressado de homens agitados,

tempo eterno de um mar sem pressa.

Mar, símbolo de um outro,

Grande Mar, mistério da vida.



Cecília Meireles:

*“Muitas velas, muitos remos,
âncora é outro falar.*

Tempo que navegaremos não se pode calcular.

Vimos as Plêiades; vemos agora a Estrela Polar.

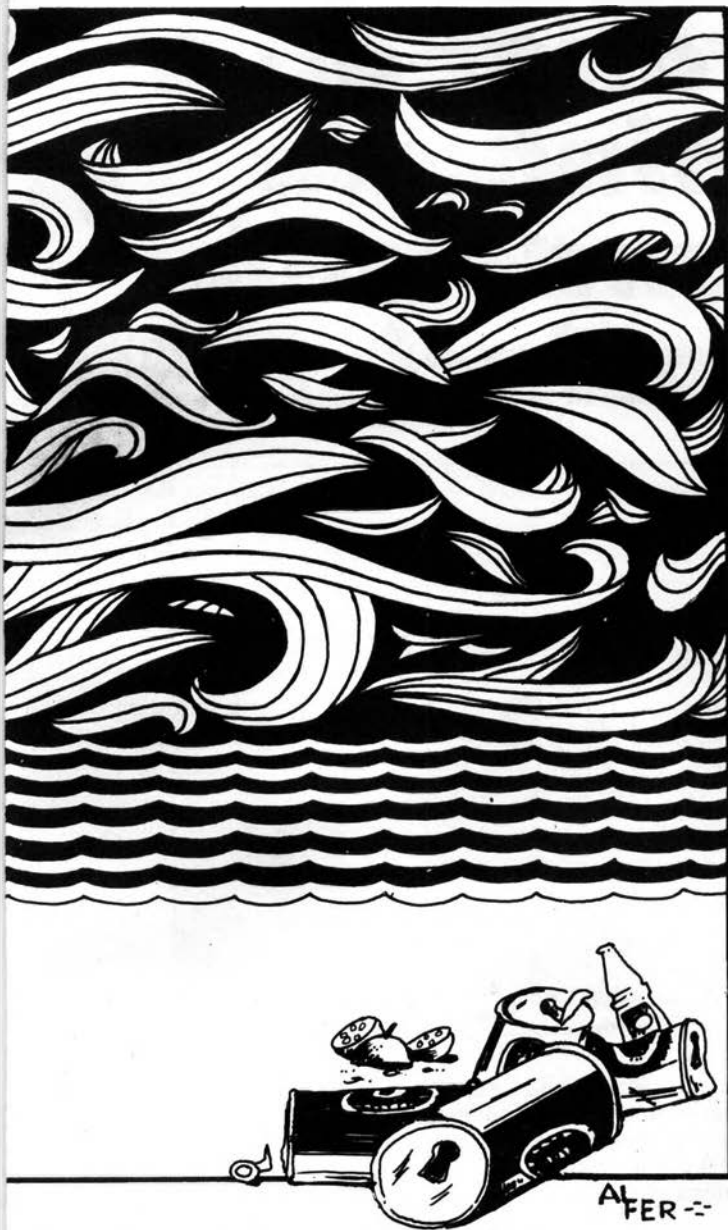
Muitas velas, muitos remos.

Curta vida, longo mar.”

Gosto de olhar para a praia molhada, ou bem de manhã, quando o sol acabou de nascer, ou bem de tarde. Tudo fica maravilhosamente luminoso, diáfano, e o ar se enche de uma transparência azul.

*É gostoso andar, tranqüilamente, sem querer nada.
Lembro-me de Thoreau:*

“Quero viver como quem passeia junto ao mar,



tão perto do abismo quanto possível."

Mar, Deus azul.

Preciso dele. Ele é parte do meu próprio corpo, mora em minhas fantasias. Lembro-me da carta do Chefe Índio, dizendo da grande solidão que seria o mundo que os brancos criariam com seus rifles, sem búfalos, sem águias, sem antílopes. Apenas o grande deserto deixado pelo progresso. Tenho medo de que algo assim aconteça com o mar, mar petróleo, mar privada de detritos...

Preciso do mar, das florestas, do vento. Há pessoas que, quando se fala em pátria, pensam em paradas militares, aviões de combate e bandeiras. "Auri-verde pendão... que a brisa do Brasil beija e balança". Mas, e se a brisa tiver o cheiro da decomposição? Então a bandeira será infinitamente triste.

Desejo o mar, para poder ficar mais tranquilo, e para ter esperança. Também isto pertence àquilo que se chama pátria... E agora que se pensa naquilo que desejamos para este novo ano, quero dizer que nada desejo dos homens que fazem guerra. Sei que nunca transformarão suas espadas em arados. Nada desejo também dos banqueiros. Sei que nunca abrirão mão dos seus lucros, ainda que sua riqueza se faça com a carne dos pobres. Nada desejo também da polícia. Sei que ela nunca amará a virtude da auto-contenção e da mansidão. Mas espero muito do povo, pois é só nele que se gera a renovação da vida — como o mar...

Mas o que vi me despertou horror.

Não, não amam o mar, amam a praia. Se amassem não fariam o que fazem.

Como nas privadas onde as pessoas escrevem obscenidades, sem se dar conta de que ali mesmo, na parede pornográfica, está uma revelação de sua própria alma.

Não vão para ouvir. Trazem consigo os demônios da agitação. Os rádios urram, cada qual a seu modo, sem que ninguém os ouça, sem que ninguém importe. Porque não é a música que se está buscando: é o barulho que silencia o silêncio. Para que as vozes que moram nele não se façam ouvir. E a areia, pele branca e lisa do mar, se cobre de lixo: latas vazias, garrafas eternas de plástico, vidros quebrados, fraldas descartáveis, cascas de frutas, sobras de comida. E ninguém percebia que a areia sentia, que o mar sofria. Espaço invadido por demônios incontrolláveis, os mansos perdendo sempre: chegam os rádios vai-se o silêncio, a correria põe um fim à contemplação, o lixo se espalha sobre o branco. Ao fim do dia a praia é um campo de batalha, coberto de destroços.

Tristeza: ali estava a revelação de uma alma, pesadelo...

E o povo me pareceu tão feio, e me senti longe dele.

Mas eu preciso que não seja assim, que o povo seja belo, tão belo quanto o mar...

Povo belo, abraçado à volta da Lagoa, povo belo, nos comícios, caminhando e cantando e seguindo a canção, povo belo na espera de um presidente agonizante, e os seus sonhos mais bonitos surgindo de onde estavam escondidos, povo belo na singeleza do seu sofrimento, "é gente humilde, que vontade de chorar..."

E é isto que eu pediria, para este ano: que o povo fosse belo, porque então a esperança renasceria,

e eu amaria o povo, ali na praia, ao amar o mar.

CEDI *Avaliando a caminhada e reafirmando seus princípios*

Jether Pereira Ramalho

Ary Costa Pinto



Colaboradores do CEDI avaliando a caminhada da entidade.

Todos os anos, no mês de janeiro, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) reúne, numa assembléia geral, seus colaboradores para avaliar as atividades do ano findo e, à luz de uma profunda análise da conjuntura sócio-política, econômica e eclesial, planejar seus trabalhos. Assim aconteceu, de 5 a 10 de janeiro, em São Paulo, quando cerca de 50 colaboradores avaliaram o ano de 86 e projetaram as atividades de 87.

Reafirmação de propósitos

Frente à conjuntura que o Brasil atravessa, e dentro das singulares características do CEDI como instituição-movimento, foram renovados os seguintes princípios e objetivos que norteiam a sua atuação, assim explicitados:

a) Reafirma-se a proposta original e histórica de que a presença do CEDI deve-se efetivar na intersecção das ativi-

dades da pastoral popular e dos movimentos populares, numa perspectiva de prestação de serviços e assessoria a ambas as práticas sociais, respeitando-as em suas características autônomas.

b) Enfatiza-se que tal atuação deve ser sempre efetuada numa perspectiva ecumênica. O fortalecimento do movimento ecumênico e o aprofundamento de seu significado na luta pela justiça tem sido uma constante na proposta do CEDI.

c) O seu compromisso com os movimentos populares se orienta no sentido do seu fortalecimento como sujeitos políticos autônomos, e não no seu atrelamento ou subordinação a qualquer outra prática ou instituição.

d) O seu compromisso com as Igrejas, e especialmente com as pastorais populares, é no sentido de que, dentro delas, se desenvolvam práticas pastorais, diálogo, reflexão bíblico-teológica e formação de quadros, comprometidos

com as causas populares e que possam possibilitar a participação das Igrejas na construção de uma sociedade mais justa.

e) Entende-se que esse não é um trabalho exclusivo do CEDI e reafirma-se o seu empenho de colaboração na articulação de esforços, a nível nacional, com grupos, instituições e movimentos que tenham esses mesmos princípios fundamentais.

f) Toda a atuação do CEDI orienta-se no sentido de ampliar o espaço de democratização da sociedade brasileira e de defender os interesses imediatos e históricos das classes populares.

g) Ainda que a atuação específica do CEDI seja a nível da sociedade brasileira, nossas ações têm, também como referência, uma perspectiva de solidariedade e integração com os povos latino-americanos e, na atual conjuntura, especialmente com os povos da América Central.

Comunicação — Entre outros temas pretende através de publicações restaurar a memória recente do protestantismo brasileiro e latino-americano. Esse manancial de informações conecta o protestantismo brasileiro com o movimento ecumênico no Brasil, onde a própria fundação do CEDI constitui-se num componente de maior significado. Publica ainda livros de meditações, de reflexão teológica e boletins de informações. Neste início de ano, está lançando o caderno especial *Periferia: desafio à unidade*, sobre a experiência da Pastoral Ecumênica de Periferia desenvolvida no sul do país. Dentro da sua programação de publicações para este ano, está previsto ainda o lançamento de um livro de meditações de Rubem Alves sobre o "Pai Nosso" e o terceiro volume da coleção "Protestantismo e Libertação".

Programas de serviço do CEDI

A proposta de atuação do CEDI se concretiza através de diversos programas, publicações e documentação. Os seus programas são:

Povos Indígenas no Brasil

Além da continuação da série já iniciada de livros sobre os povos indígenas no Brasil (já foram publicados os volumes 3, 5 e 8 com levantamentos sobre os povos do Amapá-Norte do Pará, Javari e Sudeste do Pará-Tocantins, respectivamente), resolveu-se, entre outras coisas:

a) Manter o sistema de rede de colaboradores e o programa de publicações conforme a estrutura atual, agilizando a circulação de informações através de publicações avulsas e alterando a periodicidade do Aconteceu Especial para bi-anual.

b) Continuar como espaço aberto de cruzamento, de debate e de circulação de informações a todos os movimentos indígenas e organizações de apoio à luta pelos direitos permanentes dos povos indígenas.

c) Estreitar relações de colaboração planejada a nível nacional com diversas entidades através da consolidação e formalização de termos de cooperação e, a nível internacional, com organizações afins nos países de fronteira com o Brasil, e também com outras entidades que lutam pela causa indígena.



Da esquerda para a direita, Marcio Santilli, César Caldeira e Luiz Gushiken: discutindo a Constituinte.

d) Buscar a consolidação de um sistema de pesquisa/sistematização e circulação de subsídios/assessoria dirigido especialmente para grupos indígenas e intermediários locais, em torno da questão da terra (demarcação, invasões, uso do solo e manejo de recursos naturais), apoiado numa equipe de caráter inter-disciplinar.

Movimento Camponês e Igrejas

Em virtude do agravamento da situação agrária no Brasil, em 1986 as entidades e programas ligados à questão da terra tiveram que suportar uma carga não prevista de demandas vindas dos fatos políticos criados pelos movimentos de trabalhadores rurais, pelas iniciativas do Estado e pelas reações dos grandes proprietários de terra. Assim sendo, o programa teve que privilegiar o cumprimento de algumas das atividades programadas em detrimento de outras. A pesquisa sobre venda de terras realizada em cooperação com a equipe pastoral de Conceição do Araguaia, somente será publicada em 1987; o trabalho com assalariados da cana dividiu espaço com a discussão e/ou apoio a ocupações e acampamentos que proliferaram no estado da Paraíba e as solicitações para debates sobre a reforma agrária e a questão agrária na Constituinte sobrecarregaram a agenda dos membros da equipe do programa.

Contudo, prosseguiu o trabalho com assalariados na Paraíba e continuou o esforço de reflexão sobre questões ligadas à organização dos trabalhadores ao nível de produção.

Três pontos foram destacados: a iniciativa de ampliar a ligação direta com os movimentos de trabalhadores rurais,

a concretização da perspectiva de inserir o programa a nível nacional dos movimentos e o esforço desenvolvido de aprofundar a aproximação com entidades afins.

Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC

O compromisso maior desse programa é com a construção e fortalecimento do novo sujeito político que nasce das grandes greves operárias, iniciadas em 1978, e que se foi consolidando nesses últimos anos: o movimento sindical mais combativo dos trabalhadores brasileiros.

Sua forma específica de contribuição está associada à reconstrução e socialização da memória das lutas, como parte do processo de constituição da identidade política deste novo sujeito político e como subsídio para o esforço de reflexão crítica sobre a prática e elaboração teórica e política do próprio movimento.

A área prioritária de atuação é o grande centro industrial paulista (ABC), pelo papel histórico de referência de uma nova proposta sindical.

A assessoria do programa está voltada basicamente para os próprios sindicatos, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem dúvida, importante instrumento de organização e luta sindical da classe trabalhadora a nível nacional.

Foi dada ênfase, também, à reconstrução da memória do "Movimento Operário/Igrejas no ABC", e o material básico da pesquisa, formado pelas entrevistas com as principais lideranças que militaram nos diversos movimentos cris-

tãos vinculados ao movimento operário entre 1954 e 1977, e o levantamento da documentação existente está concluído. Esse material foi base para elaboração de um trabalho que deverá ser publicado posteriormente.

O programa lançará em 1987 diversas publicações, destacando-se o "Livro de Memória Fotográfica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo", o segundo volume do "Memória do Movimento Operário 1978/1980" e um Aconteceu Especial — "Trabalhadores Urbanos no Brasil 1982/1984".

Educação - Escolarização Popular

Esse programa optou por trabalhar dentro da concepção de educação popular no recorte da escolarização de adultos. O pano de fundo que orienta a sua atividade é a conquista da cidadania ampla num processo democrático, onde a educação básica de qualidade é condição essencial. O interesse central nesse processo vincula-se à socialização do conhecimento escolar no interior do movimento social.

O objetivo principal é o de apoiar os movimentos populares que se mobilizam em torno da questão da educação popular. Tal mobilização pode se dar não só organizando autonomamente suas "escolas", como também interferindo nas políticas do Estado para a escola pública. O apoio deve se dar na reflexão de seus projetos e pautas políticas e no fornecimento e construção de instrumentos necessários à ação.

O movimento popular parece reviver um ciclo de preocupação com a escola pública, principalmente nesse momento constituinte. Assim sendo, o papel do programa é duplo: no sentido do movimento para a sociedade como um todo, trata-se de contribuir para a sistematização e divulgação de suas pautas políticas e realizações nesta área; internamente ao movimento o papel é o de assessoria, serviço especializado que articula conhecimentos, metodologia e adesão política.

O programa também pretende atuar fortemente em 1987, com referência à questão da educação na nova constituição. Está publicando o caderno *O Caminho da Escola*, sobre a luta por educação pública na zona leste de São Paulo.

Assessoria à Pastoral Protestante

Todos reconhecem o inegável peso so-

Ary Costa Pinto



Dom Tomás Balduino debateu sobre a questão agrária.

cial, político e eclesial dos grupos protestantes brasileiros. O CEDI, tomando esse fato em conta, estabeleceu um programa especial de assessoria às essas igrejas.

A proposta do programa destina-se prioritariamente aos agentes de pastores (pastores, seminaristas, lideranças leigas) dispostos a sintonizar suas práticas evangelizadoras com aquilo que teologicamente se denomina "os sinais do Reino". Trata-se, antes de mais nada, de uma prática da religião que privilegia a construção de um novo homem e de uma nova sociedade igualitária e democrática, que sinaliza o domínio da vontade de Deus sobre todas as coisas. Esse programa tem atingido especialmente a agentes das igrejas do chamado "protestantismo histórico", mas está aberto também aos participantes das igrejas de corte pentecostal.

As suas atividades desenvolvem-se através de linhas programáticas, destacando-se:

a) *Formação de Quadros* — Ultrapassa o conceito restrito de formação, que se efetiva, principalmente, através de cursos, seminários e tem convertido cada encontro num espaço de convivência fraterna, troca de experiências e cultivo de uma espiritualidade condizente com a nova proposta pastoral.

b) Comunicação —

Entre outros temas pretende através de publicações restaurar a memória recente do protestantismo brasileiro e latino-americano. Esse manancial de informações conecta o protestantismo brasileiro com o movimento ecumênico no Brasil, onde a própria fundação do CEDI constitui-se num componente de maior significado. Publica ainda livros de meditações, de reflexão teológica e boletins de informações. Em 1987, lançará um caderno sobre Pastoral de Periferia, um livro de meditações sobre o Pai Nosso, de Rubem Alves, e o terceiro volume da coleção "Protestantismo e Libertação".

c) *Apoio às Comunidades Locais* — É um espaço reservado para atender a demandas concretas de assessoria provenientes de igrejas locais e mesmo de setores denominacionais.

Há, em andamento, um processo para se ampliar esse programa para que se torne uma assessoria à *pastoral popular*, numa perspectiva ecumênica.

As publicações do CEDI

Tem sido significativa a presença do CEDI no campo editorial. Publica três periódicos: a revista *Tempo e Presença* e os informativos *Aconteceu* (semanal) e *Aconteceu no Mundo Evangélico* (mensal). Além disso, cada programa tem sua linha de publicações editando livros, cadernos, boletins, etc. Para coordenar essas produções editoriais, a Assembléia criou um Conselho de Publicações do CEDI.

Participantes especiais da Assembléia

Para refletir sobre o tema "Igreja e questão agrária no período de transição democrática" foi convidado o bispo d. Tomás Balduino, que debateu com os participantes as principais questões que o tema levanta.

No painel "Constituinte e movimentos populares" aportaram suas contribuições o prof. Cesar Caldeira, o deputado federal eleito Luiz Gushiken (PT-SP) e o ex-deputado federal Marcio Santilli (PMDB-SP).

Sobre a importância do uso do vídeo na comunicação popular falou a professora Regina Festa.

Fazer milagres: uma necessidade

Carlos Cunha

Toda celebração litúrgica tem dois momentos principais:

a) O *aqui-e-agora* dos atos redentores já vividos e experimentados: o *presente* que celebra o passado;

b) O *amanhã* dos atos redentores que assumimos viver e experimentar: o *presente* que aponta para o futuro.

O texto bíblico para esta reflexão é a história de um milagre de Jesus. Uma situação de falta que é suprida e que designa pedagogicamente como se devem suprir faltas semelhantes.

Este momento evangélico de Marcos insere-se num instante difícil para o Mestre. Acabam de informar-lhe que João Batista tinha sido executado (Mc 6,28-29). Também acabam de dar informações sobre os resultados de uma missão dada aos discípulos. Pode-se

supor que o Cristo pressentiu o que aguardava os discípulos em missão (Mc 6,7s). Poderia ser o mesmo que sucedeu ao Batista: morte violenta. Por isso, talvez, quis afastar-se da multidão para um lugar deserto (v. 30). Trata-se de uma antecipação do Getsêmani: é preciso ficar a sós. Também poderia ser receio: pegaram João, agora não vão parar mais.

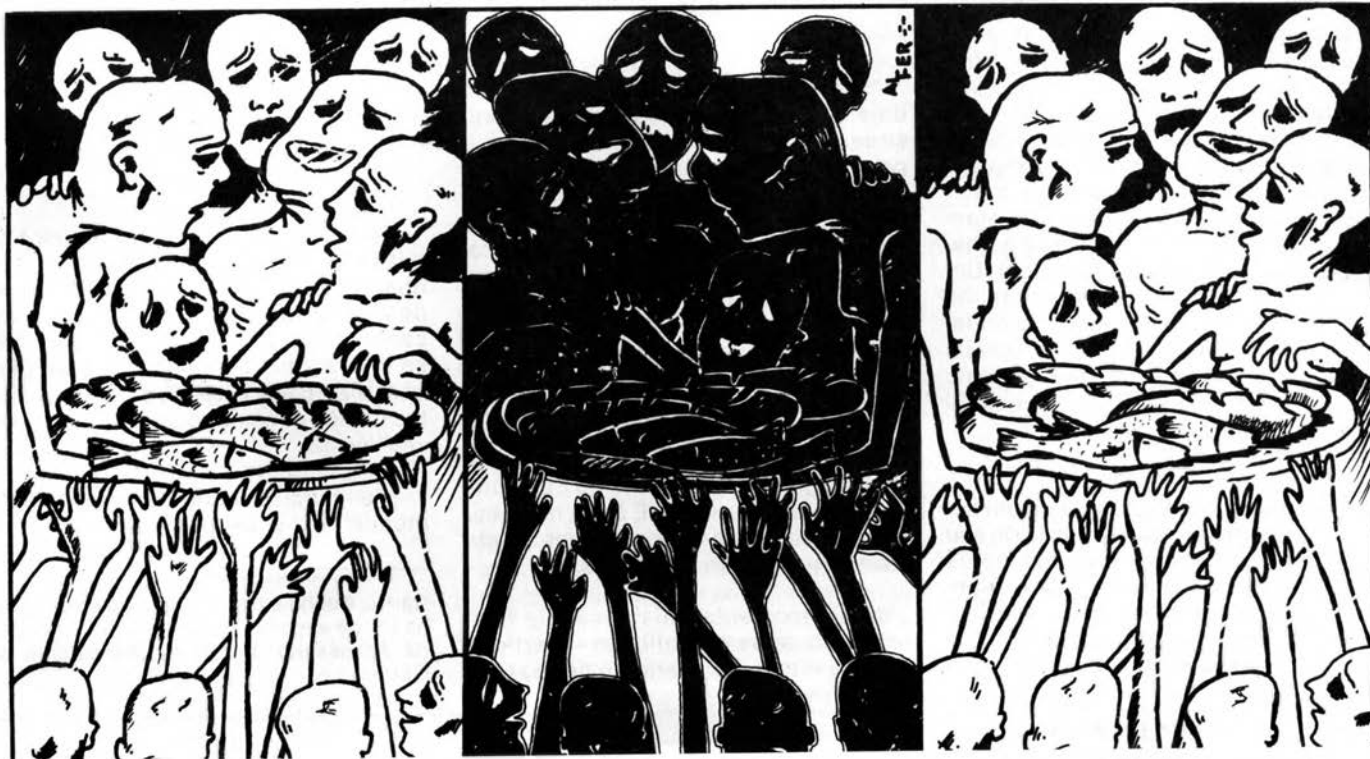
Mas a multidão descobre o "lugar deserto" e se antecipa. Quando Jesus e os discípulos chegam, eles já estão lá. Sobrepõe-se, em Jesus, à necessidade de estarem a sós a necessidade da multidão: "...estavam como ovelhas sem pastor. E começou a ensinar-lhes muitas coisas". A hora avançou e deram um conselho ao Mestre: "Despede-os para que vão aos campos e aldeias vizinhas e comprem para si o que comer" (v. 36).

Duas afirmações vindas do subconsciente individualista emergem desta fala dos discípulos: "Despede-os" e "pa-

ra si". A primeira é a covardia: não querem envolver-se com problemas dos outros; a segunda supõe que cada um deve "se virar". Eles têm o Mestre que lhes irá "quebrar o galho". Já estão acostumados e preferem ser tratados como eleitos. Jesus percebe-lhes a covardia e discriminação, pega-os pela gola e os mergulha na missão: "Dai-lhes vós mesmos de comer".

Primeiro ofertório: confissão

Todo culto tem dois ofertórios, o primeiro é a confissão de pecados: momento em que oferecemos nossos nada, nossa miséria, falsas seguranças, pretensas certezas, nossos farrapos, nossas dúvidas, traições, vazios, frustrações. É a oferta de nossos pecados. Confissão é uma certa proclamação de nossas impossibilidades, nossa pobreza sem a qual não poderemos ver a Deus.



"Iremos nós e compraremos duzentos denários de pão para dar-lhes de comer?" Foi assim que os discípulos contra-atacaram. Isto me parece certas esquerdas teóricas que costumam fazer perguntas já respondidas. Parecem mágicos que tiram das cartolas coelhos e pombas que fingem não estarem ali. Têm propostas definitivas para tudo; fórmulas milagrosas. Suas teorias soam como gritos de guerra: "Povo unido jamais será vencido!" - uma dessas máscaras de milagre ao contrário, triunfalismo vazio. Entretanto, no caso dos discípulos, salva-se a pergunta, porque sendo pergunta é uma confissão que encerra uma consciência crítica - o máximo da inteligência -, encerra um momento de pobreza. Nesta pergunta começa o milagre. O primeiro milagre da história da Igreja, não realizado por Jesus, é precedido de uma confissão de pobreza: "Não possuo nem prata nem ouro, mas o que tenho isso te dou: em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, anda" (At 3,6).

A resposta à proposta de Cristo foi equivocada, mas foi ato de confissão. Agora já se pode pensar em milagre. Quando alguém tenta pôr na cabeça de outros a possibilidade recusada pelo comodismo, medo, covardia, o milagre começa. Começa porque já se pode crer que, de fato, "não há impossíveis para Deus" (Lc 1,37).

É preciso saber fazer milagres

Na história moderna, entre muitos, cito dois milagres de homens que acreditaram não haver impossíveis. O primeiro é de um médico que largou seu mundo europeu, suas pompas de artista e se internou na África. Talvez porque Schweitzer fosse um grande intérprete de Bach, e Bach fosse barroco, e o barroco seja a expressão artística da grandeza divina associada à miséria humana, da Graça abraçando o pecador. Um médico louco ao qual disseram um dia de uma filha de diplomatas que adoeceu, durante uma caçada nas selvas: "Ela sofre de um mal incurável". Aquele médico de um hospital de cabanas retrucou: "No meu hospital não há doenças incuráveis".

Outra história de loucos é a de um homem que acreditou que a miséria de seu país imenso, explorado, aviltado, podia ser redimida. Foi para o interior e falando a um e a outro, transformou sua China numa das maiores potências do mundo moderno. Chama-se Mao.



O Vento, um dia, andou soprando incriveis declarações de amor nos ouvidos de ambos e de tantos outros. Foi soprando, sem pedir licença, e transformou a face do mundo.

O milagre está em você: segundo ofertório

"Quantos pães tendes? — Cinco e dois peixes". Este segundo ofertório situa-se na segunda parte do culto: o presente que aponta para o futuro. Foi o que aconteceu com Pedro e tinha já acontecido com o assustado e acovardado Moisés antes da epopéia do Êxodo ("O que é que tens na mão? — Uma vara" - Êx 4,2-5).

Deus quer ensinar a todos nós, discípulos, que é preciso saber fazer milagres. Nosso mundo, todas as suas épocas, mas mais intensamente a nossa, têm necessidade de que saibamos fazer milagres para sairmos do cativeiro, de todos os cativeiros. E Deus nos quer ensinar que, para fazer milagres, basta usar o que temos nas mãos.

Neste momento, celebração da vida, um culto, após a confissão - oferta de nossos erros - e a oferta de nosso pou-

co, celebra-se a Eucaristia: "Jesus, tomando os cinco pães e os dois peixes, elevou os olhos ao céu, abençoou, partiu os pães e deu-os aos discípulos para que os distribuíssem" (v. 41). O grande milagre de Jesus é a partilha. Mais tarde, ele diz que o pão é o seu corpo e o vinho é o seu sangue. E que todas as vezes que dessa maneira repartirem pão e vinho estarão anunciando a sua morte até que volte. Mas, neste momento, se dá uma pré-eucaristia. Qualquer visão pietista que veja aqui a mágica, o super-homem; ou visão liberal que atribua o milagre à fantasia, à lenda ou às hipóteses de muitos mais pães esbarra na leitura libertadora que simplesmente declara que é possível.. Isso é uma expressão concreta daquilo que o autor de Hebreus chama de fé: "Uma posse antecipada do que se espera, um meio de demonstrar as coisas que não se vêem" (Hb 11,1).

Por isso se diz que "anunciamos a morte do Senhor até que ele volte". Não é triunfalismo, é visão utópica. Tem a ver com a esperança que se enraíza na fé. É otimismo — o realismo do amanhã. Porque no culto, ao celebrarmos nossas fraquezas na confissão, celebramos também nossos caminhos percorridos, nossas lágrimas derramadas, nossos fracassos na caminhada; coisas concretas, raízes seguras, etapas superadas, perigos ultrapassados, cadeias arrebentadas, visões recuperadas, mortes resuscitadas, pães multiplicados. Celebramos a morte de tantas mortes que é a morte do Senhor. Mas celebramos até que ele volte novamente no ofertório de nossos corpos, de nossas forças recuperadas, de nossos desejos de mudança.

Após o culto começa um presente-futuro

No culto vivemos o *aqui-e-agora* da missão de Deus. No texto bíblico se diz que "todos comeram e ficaram saciados" (v. 42). Mas, a partir do culto começamos a celebrar o *aqui-e-agora* de nossa missão que se retoma. O texto também diz: "E ainda recolheram doze cestos cheios dos pedaços de pão e de peixes" (v. 43).

"Eu venci e continuo vencendo o mundo", diz o Senhor.

Carlos Cunha é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e membro da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



Cresce a organização popular contra o racismo.

A posição das Igrejas no escândalo da África do Sul



Francis McDonagh

O mundo observa estarecido um dos mais acintosos desrespeitos aos direitos humanos do nosso século — a política racista, violenta e criminosa da África do Sul. Apesar da revolta de quase todas as nações do mundo, uma bem montada articulação de grupos poderosos vai mantendo no poder o sistema e o governo racistas representados pelo sr. Botha. Outro dado alarmante é que esse regime busca certa legitimidade em linhas teológicas de algumas antigas igrejas reformadas da Holanda. É verdade, entretanto, que cresce e se fortalece a oposição de muitas igrejas e de organizações populares e políticas a esse sistema racista. Agora, que se anuncia a visita do arcebispo Desmond Tutu ao Brasil, torna-se muito oportuno o artigo de McDonagh sobre a posição das igrejas, escrito especialmente para *Tempo e Presença*.

Desde os primeiros anos deste século alguns cristãos têm estado presentes nos movimentos de libertação da África do Sul. As reivindicações do povo pobre foram exprimidas, especialmente, pelo clero negro, que possuía uma formação política acima da média do povo pobre africano.

O Rev. Zaccheus Mahabane foi um dos primeiros presidentes do Congresso Nacional Africano e seu sucessor, o célebre prêmio Nobel da paz de 1961, Albert Luthuli, era cristão praticante. Personagens menos conhecidas mantiveram vivo o espírito de luta do povo nas pequenas igrejas independentes. Esses grupos, às vezes, com apenas uma dúzia de membros, unindo cristianismo à cultura autóctone, foram focos de rea-

ção às atitudes colonialistas das igrejas cristãs provenientes da Europa. A história destas instituições eclesásticas, todas controladas por brancos, não é nada gloriosa. Deixaram-se incorporar pelo status-quo e legitimaram a exploração baseada no racismo. Apesar de tentar abrandar os efeitos mais visíveis do sistema através de obras caritativas, e de contribuir para a promoção individual do negro com as suas célebres escolas, raramente desafiaram a ideologia do racismo ou a desigualdade econômica.

Foi somente nos anos 50 que a oposição por parte das igrejas se tornou forte, inclusive porque o Estado invadiu área de ação das igrejas. As igrejas Católica e Anglicana opuseram-se forte-

mente à Lei da Educação Bantu, de 1953, que estabelecia um sistema educativo que separava e inferiorizava as crianças africanas. Os anglicanos fecharam suas escolas, enquanto os católicos se retiraram do sistema educativo estatal, mantendo as escolas sem ajuda financeira do governo.

A defesa direta dos direitos humanos era ainda pouco poderosa. Um pastor anglicano, rev. Michael Scott, foi declarado "imigrante proibido", em 1950, por ter defendido a causa do povo da Namíbia diante da ONU. Outro pastor anglicano, rev. Trevor Huddleston (agora bispo e presidente do movimento anti-apartheid britânico) lutou, junto com Nelson Mandela, contra a remoção forçada das comunidades negras nos anos 50. Em razão de sua atitude, rev. Huddleston foi retirado da África do Sul por seus superiores.

O massacre de Sharpeville

A matança covarde de 69 africanos em Sharpeville, em 1960, foi motivo de mudança de atitude das igrejas, a nível institucional, a consulta de Cottesloe, patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas, em 1960, marcou etapa importante na luta. No mesmo ano, oito igrejas sul-africanas afirmaram cautelosamente o direito dos negros de participar no governo do país. Esta posição, entretanto, foi rejeitada pelas duas igrejas holandesas reformadas, o que levou a um grupo de seus ministros a formar o Instituto Cristão, cuja proposta era de desenvolver um compromisso cristão com a justiça. O primeiro diretor do instituto foi o *afrikaner* Beyers Naude, destituído do ministério da Igreja Reformada pela sua oposição ao *apartheid*.

O Instituto iniciou uma política de apoio às igrejas multi-raciais e um diálogo com as igrejas independentes negras. Nos anos 70, encorajou o Movimento de Consciência Negra e colaborou na divulgação da iniciante Teologia Negra, nos Estados Unidos. A caminhada do Instituto foi no sentido de pressionar uma reforma no regime para possibilitar o acesso dos negros ao poder. A sua importância foi de tal forma que o regime racista o fechou em 1977 e proibiu de atividades públicas muitos dos seus membros.

Os negros conquistam espaço nas igrejas

Nas grandes igrejas, paulatinamente,



A violência do apartheid não escolhe vítimas.

os negros vão aumentando seu poder. Em 1963, a Igreja Metodista elegeu, pela primeira vez, um presidente negro. O ponto culminante dessa etapa do processo foi a sagração, pela Igreja Anglicana, de Desmond Tutu, como arcebispo da cidade do Cabo e primaz da Igreja Anglicana na África do Sul. O Conselho Sul-africano de Igrejas, do qual Tutu foi secretário-geral por muitos anos, foi elemento decisivo na luta contra o racismo. Em mensagem, em 1968, o Conselho denunciou o *apartheid* como "fé falsa" e "pseudo-Evangelho".

As igrejas entram firme na luta

Em 1977, os bispos católicos comprometeram-se com a causa do povo através de uma "Declaração de Intenção". Desde então a maioria das igrejas, com exceção das igrejas holandesas brancas (existem igrejas distintas para mestiços, indianos e africanos), tem apoiado o movimento popular contra o racismo, concedendo locais para reuniões, defendendo-o contra os ataques do governo. Durante os dois períodos de estado de emergência em 1985, e desde 12 de junho de 1986, também colaboram com as famílias dos quinze mil presos políticos, contribuindo para manter a coesão das comunidades.

Os bispos católicos, numa mensagem urgente, enviada ao presidente da

África do Sul, em agosto de 1986, clamaram ao governo a reconhecer as reivindicações como um movimento justo de libertação, a soltar os presos políticos e a negociar com as verdadeiras lideranças do povo. A resposta do governo foi uma exortação aos bispos para que "colocassem a casa em ordem". O presidente da Conferência Episcopal declarou que assim "era difícil ter esperanças".

Muitos cristãos exercem papéis importantes nas organizações de oposição, destacando-se, entre eles, o pastor Allan Boesak, da Igreja Reformada, e o secretário-geral da Conferência Episcopal Católica, o padre Smangaliso Mkhathshwa, ambos presidentes honorários da UDF.

Apesar das declarações e do envolvimento no combate ao racismo de tão importantes lideranças eclesásticas, poucos resultados se observam na vida das comunidades cristãs brancas, que continuam separadas, inclusive fisicamente das comunidades negras, como determina a lei das áreas residenciais.

Os negros assumem a liderança da luta

Atualmente, tanto nas igrejas como na política, são os negros que definem a agenda da luta. A organização mais importante nesta área da luta é o Instituto de Teologia Contextual, dirigido pelo rev. Frank Chikane. Foi esse instituto que coordenou a redação do célebre "Documento Kairós", que possivelmente representa a primeira expressão autêntica de fé dos cristãos negros. Bispos anglicanos e católicos sentiram-se chocados pelo documento que rejeita frontalmente o conceito de "reconciliação" como pedra angular da teologia das igrejas e justifica a luta dos militantes negros com a tradicional doutrina da "guerra justa". O documento, entretanto, foi recebido com entusiasmo nos bairros populares: "Eu sempre pensei assim, mas nunca tinha visto assim formulado" — foi uma reação freqüente.

Com a publicação do "Documento Kairós" e com a atuação política de figuras como a do arcebispo Tutu, do rev. Boesak e do pe. Mkhathshwa, os cristãos negros tomaram a liderança moral das igrejas. E muitos deles, detidos e torturados, entraram plenamente na paixão do seu querido povo.

Francis McDonagh é escritor inglês e trabalha com o movimento anti-apartheid.

A reforma agrária e os limites da "Nova República"

Regina Célia Reyes Novaes

O livro de José de Souza Martins reúne oito artigos, escritos entre 79 e 86, que nos apresentam diferentes facetas da polêmica questão agrária. Embora na segunda parte — intitulada *Entre o poder e a liberdade* — o autor retome temas importantes que dizem respeito à especificidade e complexidade das relações sociais no campo brasileiro, detenhamo-nos, com sua evidente atualidade, na primeira parte do livro.

A primeira parte (*Os limites políticos da Reforma Agrária*) é, sobretudo, uma análise de conjuntura na qual está em foco a "Nova República" e suas promessas. Segundo o autor: "Terra e Poder estão juntos na sociedade brasileira. A 'Nova República' é a desova desta combinação binária". Para fundamentar tal afirmação, o autor apresenta uma visão histórica e estrutural dos problemas que ocorre no campo e aponta para as virtualidades de seu desenrolar em termos econômicos e políticos.

Evidenciando a fragilidade da proposta de "pacto social", que através da cooptação de instâncias representativas dos trabalhadores e de entidades de apoio, apenas asseguraria o "acordo político" feito — por ocasião da transição da ditadura militar para um novo regime — entre o grande capital e as oligarquias agrárias, o autor aponta para o único caminho possível para a emancipação dos trabalhadores rurais: os movimentos sociais e a organização autônoma.

Neste sentido — ainda que não seja intenção do autor, pois ele critica de maneira geral as formulações dadas dos partidos políticos e centrais sindicais — o livro de José de Souza Martins contém dados, constatações e convincentes análises que contribuem sobremaneira para a ratificação e enriquecimento das teses que vêm sendo construídas no campo da CUT e no âmbito do PT. Vale a pena conferir

Regina Célia Reyes Novaes é professora da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas, do CEDI.

A REFORMA AGRÁRIA E OS LIMITES DA DEMOCRACIA NA "NOVA REPÚBLICA"
José de Souza Martins, Hucitec, São Paulo, 1986, 154 pp., 14x21 cm.



Trabalhadores urbanos no Brasil

José Ricardo Ramalho

Numa perspectiva de recuperar a história da classe trabalhadora no Brasil, este novo número da série *Aconteceu*, publicado pelo CEDI, faz um importante levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. O trabalho está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, são colocadas as questões mais gerais, referentes a uma conjuntura econômica marcada por um processo recessivo, com um enorme número de desempregados; a uma conjuntura política em que várias greves ocorreram para protestar contra política salarial do governo, inclusive com uma greve geral; e a uma conjuntura sindical em que se constituíram as principais centrais sindicais do país.

A segunda parte do trabalho está dedicada a um levantamento feito na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dentro desta qualificação de trabalhadores urbanos. Nas categorias com uma participação mais inten-

sa, o dossiê faz acompanhar uma interessante entrevista com alguma liderança ou membro de comissão de fábrica, que agrega às informações públicas, importantes detalhes da organização e da determinação dos trabalhadores na sua luta do dia-a-dia da fábrica ou no espaço sindical.

Dentro da perspectiva assumida pela publicação de subsidiar, com a recuperação da memória, o movimento dos trabalhadores, o dossiê lança mão de uma estatística produzida pelo CEDI, em forma de quadros, que faz um dos levantamentos mais completos das greves no país nesse período, da mesma forma que faz acompanhar os eventos com fotos dos mesmos, o que é de extrema utilidade para a formação de uma identidade de classe.

Trabalhadores Urbanos no Brasil — 1982-1984 torna-se, portanto, leitura obrigatória para trabalhadores e para aqueles que acompanham e assessoram a classe trabalhadora.

José Ricardo Ramalho é sociólogo, colaborador do CEDI e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84

Aconteceu Especial 16
CEDI (Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC), São Paulo, 1986, 200 pp., 21x30 cm.



Os partidos na Assembléia Constituinte

	PCB	PCdoB	PDC	PDS	PDT	PFL	PL	PMDB	PSB	PT	PTB	PSC	TOTAL
AC Câmara				2		1		5					
Senado					1			2					11
AL Câmara						3		5			1		
Senado						2		1					12
AM Câmara					1			3	1				
Senado								3					11
AP Câmara						3		1					
Senado													4
BA Câmara	1	2				13		23					
Senado								3					42
CE Câmara				3	1	6		12					
Senado				1				2					25
DF Câmara	1					3		4					
Senado					1			2					11
ES Câmara						2		7		1			
Senado								3					13
GO Câmara		1	3			2		11					
Senado			1					2					20
MA Câmara				2		7		9					
Senado				1		2							21
MT Câmara				1		2		5					
Senado				1				2					11
MS Câmara						3		4			1		
Senado								3					11
MG Câmara		1		3	1	10		34		3	1		
Senado							1	2					56
PA Câmara				2		2		13					
Senado				1		1		1					20
PB Câmara				1		4		7					
Senado						1		2					15
PR Câmara					1	5		24					
Senado								3					33
PE Câmara	1					11		13					
Senado						1		2					28
PI Câmara				3		5		2					
Senado						2		1					13
RJ Câmara		1	1	1	13	7	5	13		2	3		
Senado						1		1	1				49
RN Câmara				1		3		4					
Senado				1		1					1		11
RS Câmara				4	5	2		18		2			
Senado						1		2					34
RO Câmara						3		5					
Senado						1		2					11
RR Câmara						2					2		
Senado													4
SC Câmara				4		3		9					
Senado						1		2					19
SP Câmara			1	4	2	6	1	28		8	9	1	
Senado								3					63
SE Câmara				1		4		3					
Senado						1		2					11
Câmara	PCB	PCdoB	PDC	PDS	PDT	PFL	PL	PMDB	PSB	PT	PTB	PSC	TOTAL
Senado	3	5	5	32	24	116	6	261	1	16	17	1	
	0	0	1	5	2	15	1	46	1	0	1	0	
Bancada	3	5	6	37	26	131	7	307	2	16	18	1	559

Nota: A "maioria absoluta" na Assembléia Constituinte corresponde a 280 votos.